

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO

CLAYTON MENDONÇA CUNHA FILHO

**Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia**

Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada

Rio de Janeiro

2009



CLAYTON MENDONÇA CUNHA FILO

**Evo Morales e os Horizontes da Hegemonia**

Nacional-popular e Indigenismo na Bolívia em perspectiva comparada

Orientador: Prof. Dr. Cesar Guimarães

Dissertação apresentada ao Instituto  
Universitário de Pesquisas do Rio de  
Janeiro como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em  
Ciências Humanas: Ciência Política.

Rio de Janeiro

2009



## **Agradecimentos**

A tentativa de elencar a todos que de alguma maneira contribuíram para o sucesso de qualquer empreendimento carrega sempre consigo o risco de ver-se traído pela memória e acabar cometendo a injustiça de esquecer-se de mencionar a alguém que merecia ter sido mencionado. Ciente de tais riscos, peço desde já desculpas àqueles a quem deveria agradecer e porventura venha a olvidar.

Agradeço primeiramente a Cesar Guimarães, meu orientador, pela confiança e incentivo sempre presentes e a Silvina Alkerman, que me acolheu, inspirou e incentivou mesmo nos momentos de maior insegurança frente aos prazos a cumprir e tarefas a fazer na escritura desta dissertação.

À Capes, pela bolsa de estudos que me permitiu dedicação integral ao mestrado.

A Cesar Zucco e Daniela Campello, pelo magnífico curso de América Latina em 2009.1, os insights brilhantes e as cervejas tri-semanais das quintas feiras. A todo o grupo que cursou a matéria pelos comentários, trocas de ideias e companheirismo, com menção especial à amiga Débora Thomé, pelas divertidas conversas acerca da revolução e o neoliberalismo e pelo excelente churrasco de fim de curso, para não mencionar sua mais que gentil oferta de revisar o texto final dessa dissertação, e às uruguaias Florencia Aguin, Lorena Granja e Daniela Vairo.

Aos bolivianos Juan José Anaya Giorgis e Rocío Estremadoiro Rioja, que ajudaram a iluminar meu caminho com preciosos aportes bibliográficos no momento em que estive mais perdido.

A David Rêgo, de Natal, que apesar da distância segue sendo um dos meus grandes amigos.

A Gabriel Vitullo, Aragon Dasso e Gonzalo Rojas, pela parceria intelectual e produtiva colaboração acadêmica passada, presente e vindoura no GT de Democracia na América Latina do CiSO e outros foros.

A Mônica Martins, Bernadete Beserra, Josênio Parente e demais amigos do Observatório das Nacionalidades da UFC.

Ao João Paulo de Rondônia.

Aos companheiros e ex-companheiros do OPSA, Flávio Pinheiro, Daniel Opperman, Luiz Gusmão, Vanessa Boanada, Bárbara Lamas, Mayra Goulart, Eduardo Achilles, Daniel Castelan, às minhas queridas e compreensivas coordenadoras Daniela

Ribeiro e Regina Kfuri e em especial ao Marcelo Coutinho e Maria Regina pela confiança depositada e compreensão nos meus dois meses de ausência.

Aos camaradas de luta de classes Fidel Pérez Flores, André Coelho, Andrés Del Rio, Guilherme Simões, Flávio Carvalhaes, Ismael Pimentel, Wendel Antunes, Alexis Cortés, Victor Mourão, Marcelo Martins (seção RJ), Pedro Jr., Tiago Moreno, Rogério Raposo e Daniel Caldas (seção CE). Aos demais companheiros cearenses de cervejas e alegrias, Helena Martins, Priscila do Vale, Guilherme Montenegro, Hector Ferreira, Manoel Neto, Márcio Kléber, Rodrigo Santaella, Joannes Paulus, Thiago “Madeixas” Vasconcelos e Tiago Régis.

A minha família, meus pais, Clayton e Sulamita, meus irmãos Marlos e Thiago, meu primo e irmão por opção Leonel, minhas primas Tássia e Sabrina e meus tios e primos do Rio e Niterói, em especial a minha tia Rita, que me acolheu em meu primeiro mês no Rio de Janeiro e a meu tio Ronaldo, que sempre mais do que gentilmente solucionou os meus problemas com o computador.

Ao Andrade, pelo hexa.

E mais uma vez a todos aqueles que fizeram por merecer estar nesta seção com sua ajuda direta à confecção dessa tese ou indireta sob a forma de alegria e companheirismo que tanto facilitaram minha vida no Rio e que, traído pela memória, eu tenha cometido a injustiça de esquecer, meu sincero pedido de desculpas!

## **Resumo**

A presente dissertação busca compreender o modo como se articulam no atual bloco histórico boliviano liderado pelo governo de Evo Morales os elementos de nacional-popular e indigenismo e compará-lo sob esse ponto de vista com cinco conjunturas críticas bolivianas anteriores. A hipótese subjacente ao trabalho é que o turbulento quinquênio de 2000-2005 marca um colapso da hegemonia do bloco histórico anterior e a ascensão de um movimento contra-hegemônico que logrou se rearticular baseado no resgate da memória dos horizontes de nacional-popular e indigenismo presentes ao longo da história do país e em especial no século XX. A comparação com as conjunturas críticas anteriores busca justamente compreender as raízes mais profundas que permitiram a aglutinação do atual bloco histórico e sua reivindicação de legitimidade. Pela importância histórica consensualmente reconhecida na bibliografia boliviana e bolivianista e pelas influências na atual conjuntura política, foram escolhidos para comparação a crise hegemônica durante a redemocratização, o regime militar de Ovando e Torres, a Revolução de 1952, o governo de Gualberto Villarroel e a Guerra do Chaco e o Socialismo Militar dos anos 1930. E por último, concluo retomando algumas das ideias subjacentes na comparação do atual bloco histórico com seus momentos constitutivos precedentes e como estes influenciam e em alguma medida determinam a natureza do processo político atual em seus horizontes hegemônicos.

**Palavras-chave:** Bolívia; Evo Morales; Nacional-popular; Indigenismo; Hegemonia; Bloco Histórico; Momento Constitutivo.

## **Abstract**

The present dissertation seeks to understand the way through which the indianist and national-popular elements articulate themselves in the current historical block led by the government of Evo Morales and to compare it under this point of view with five previous Bolivian critical conjunctures. The underlying hypothesis of this work is that the turmoil of the years 2000-2005 marked a collapse in the hegemony of the previous historical block and the ascension of a counter-hegemonic movement that was able to rearticulate itself through the redemption of the memory from the national-popular and indigenist horizons present throughout Bolivian history and especially in the 20<sup>th</sup> Century. The comparison with the previous critical conjunctures seeks precisely to comprehend the deeper roots that allowed the agglutination of the present historical block and its claim of legitimacy. Due to the consensually recognized historical importance in the Bolivian and bolivianist literature and to the influences in the present political conjuncture, the hegemony crisis of the transition to democracy period, the military regime of Ovando and Torres, the 1952 Revolution, the government of Gualberto Villarroel and the Chaco War and Military Socialism of the 1930s were chosen for comparison. And at last, I conclude by resuming the ideas underlying the comparison between the current historical block and its preceding constitutive moments and how these influence and in some ways determine the nature of the present political process and its hegemonic horizons.

**Keywords:** Bolivia; Evo Morales; National-popular; Indianism; Hegemony; Historical Block; Constitutive Moment.

## Sumário

<b>1. Introdução</b> .....	13
<b>2. Evo Morales e a construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo</b> .....	18
2.1 A construção do bloco histórico da Guerra da Água à Guerra do Gás .....	25
2.2 Nacional-popular e indigenismo no governo Evo Morales .....	35
<b>3. A memória do nacional-popular e indigenismo em conjunturas críticas anteriores</b> .....	45
3.1 A crise hegemônica e as “massas em novembro” .....	48
3.2 Os governos de Ovando e Torres e a Assembléia Popular .....	53
3.3 O legado de 1952 .....	57
3.4 Gualberto Villarroel e o Primeiro Congresso Indígena .....	62
3.5 A Guerra do Chaco, o “encontro com a nação” e o Socialismo Militar de Toro e Busch .....	65
<b>4. Conclusão: Evo Morales, a revolução vestida de poncho?</b> .....	70
<b>Referências</b> .....	82

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Autoidentificação com povos indígenas – Censo 2001 .....	19
Tabela 2: Resultados Eleitorais Pós-redemocratização .....	19
Tabela 3: Votação dos quatro primeiros colocados, Eleições 2005 (em % do eleitorado) .....	35
Tabela 4: Composição do Congresso, Eleições 2005 .....	35

## **Lista de Siglas**

AP – Assembleia Popular

APG – Assembleia do Povo Guarani

CIDOB – Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia

CIRABO – Central Indígena da Região Amazônica da Bolívia

COB – Central Operária Boliviana

COR – Central Operária Regional

CONAMAQ – Conselho Nacional de Marqas e Ayllus do Qollasuyu

CPESC – Coordenadora dos Povos Étnicos de Santa Cruz

CPIB – Central de Povos Indígenas do Beni

CSCB – Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia

CSUTCB – Central Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia

EGTK – Exército Guerrilheiro Tupac Katari

FEJUVE – Federação de Juntas Vicinais

FMCB-BS – Federação de Mulheres Camponesas da Bolívia – Bartolina Sisa

IPSP – Instrumento Político para a Soberania dos Povos

IU – Partido Esquerda Unida

LET – Lei Eleitoral Transitória

LPP – Lei de Participação Popular

MAS – Movimento Ao Socialismo

MIP – Movimento Indígena Pachakuti

MIR – Movimento da Esquerda Revolucionária

MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário

MRTKL - Movimento Revolucionário Tupac Katari de Libertação

PIR – Partido da Esquerda Revolucionária

PMC – Pacto Militar Camponês

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PODEMOS – Partido Poder Democrático Social

RADEPA – Movimento Razão da Pátria

THOA – Oficina de História Oral Andina

UDP – União Democrática Popular

UJC – União Juvenil de Santa Cruz

UMSA – Universidade Maior de San Andrés

UN – Partido Unidade Nacional

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. Importa ao materialismo histórico capturar uma imagem do passado como ela inesperadamente se coloca para o sujeito histórico no instante do perigo. O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. Pois o Messias não vem somente como redentor; ele vem como vencedor do Anticristo. O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin, 1940

As lutas atuais colocam em questão as vitórias históricas dos opressores, porque minam a legitimidade do poder das classes dominantes, antigas e atuais...

A relação entre hoje e ontem não é unilateral: em um processo eminentemente dialético, o presente ilumina o passado, e o passado iluminado torna-se uma força no presente.

Michael Löwy, 2005

O povo boliviano, de composição plural, desde as profundezas, inspirado nas lutas do passado, na sublevação indígena anticolonial, na independência, nas lutas populares de libertação, nas marchas indígenas, sociais e sindicais, nas guerras da água e de outubro, nas lutas pela terra e território, e com a memória de nossos mártires, construímos um novo Estado.

Constituição Política do Estado, 2009

## 1. Introdução

A presente dissertação trata do governo de Evo Morales na Bolívia, mas não apenas. Mais do que Morales em si, me interessa neste trabalho o bloco histórico que ele lidera e personifica e os caminhos e raízes que o alimentam em sua tentativa de estabelecer uma hegemonia política alternativa à ordem anteriormente vigente.

Embora a história da Bolívia como país independente seja marcada por uma sucessão de golpes de Estado e instabilidade política crônica, o sistema político instalado no país após a redemocratização a partir de 1985 chegou a ser aclamado pela ciência política por sua estabilidade (HOFMEISTER, 2004), que sem embargo começou a ruir com a “Guerra da Água” de Cochabamba em 2000<sup>1</sup> e colapsou de vez com a “Guerra do Gás” de 2003<sup>2</sup>. Esse colapso coroou a turbulenta conjuntura política boliviana iniciada na primeira “guerra” e que se estenderia até pelo menos 2005 com a eleição de Evo Morales à presidência.

O sociólogo e atual vice-presidente da Bolívia, Álvaro García Linera, classifica a conjuntura citada como um “empate catastrófico”, com a eleição de Morales abrindo um “ponto de bifurcação” que permitiu o início da transição do sistema político anterior rumo a uma nova hegemonia (2008b). Mas períodos de transição, como já assinalava o filósofo italiano Antonio Gramsci, um dos principais teóricos do conceito contemporâneo de hegemonia e em cujas ideias se apoia em grande medida este trabalho, têm por marca distintiva a crise, na medida em que são momentos em que “o velho morre e o novo não pode [ainda] nascer” (2000, p. 184). Os fortes conflitos vividos pelo governo Morales frente à oposição, especialmente no final de 2007 e em setembro de 2008, podem ser entendidos em termos gramscianos como precisamente essa fase em que nem o velho morreu totalmente, nem o novo consegue nascer por completo, embora o governo Morales possa facilmente ser considerado estável se comparado a seus depostos antecessores imediatos. Mesmo nos momentos mais difíceis

---

<sup>1</sup> Conflito motivado pela privatização do sistema de abastecimento de água de Cochabamba pelo então presidente Hugo Bánzer que se viu forçado a reverter seus planos após violentos confrontos com a rede de movimentos sociais agrupados em torno da Coordenadora de Defesa da Água e da Vida.

<sup>2</sup> Conflito motivado pelos planos do então presidente, Gonzalo Sánchez de Lozada, de exportar gás aos EUA via portos chilenos. O contencioso centenário entre Bolívia e Chile pela saída ao mar boliviana perdida na Guerra do Pacífico (1879-1884) serviu de estopim para enormes protestos contra o projeto que evoluíram para demandas pela renúncia do presidente e pela nacionalização e industrialização boliviana do gás. Após repressão estatal e dezenas de mortos e centenas de feridos, terminou com a renúncia de Sánchez de Lozada e a consolidação da chamada Agenda de Outubro, plataforma de demandas dos movimentos sociais que em grande medida serviu de base ao programa de campanha posterior do MAS e ao plano de governo de Evo Morales.

de seu governo, Morales sempre manteve níveis altíssimos de aprovação e apoio popular. Embora a oposição tivesse grande força concentrada em determinadas regiões do país, nunca conseguiu ameaçar-lhe nacionalmente, e hoje é possível afirmar que 2008 marcou a reversão definitiva<sup>3</sup> da ofensiva desestabilizadora da oposição (CUNHA FILHO, 2008) e Morales caminhou a passos céleres em 2009 para concluir seu mandato e ser reeleito em dezembro do mesmo ano.

Esta dissertação busca precisamente compreender as condições de possibilidade que permitiram a configuração do atual bloco histórico no poder e sua tentativa de consolidar sua hegemonia através da construção de uma nova institucionalidade. Se já parece claro que o atual governo é herdeiro direto da conjuntura de protestos de 2000-2005 e que sua agenda política é em grande medida a condensação das demandas surgidas naquele momento, suas raízes políticas vão, na verdade, muito mais fundo na história boliviana e se alimentam de duas grandes correntes de lutas presentes ao longo de toda a sua vida independente e uma delas mesmo durante a colônia: o nacional-popular e o indigenismo.

Trata-se de duas grandes correntes políticas que ao longo da história boliviana se desenvolveram muitas vezes em paralelo, em meio a tensões e desconfianças mútuas, mas também por vezes coligadas e dando forma a potentes blocos históricos que, apesar da frequente fugacidade, tiveram efeitos duradouros e se configuraram em verdadeiros momentos constitutivos das estruturas políticas do país. Diversas das ações e discursos do atual governo são feitos em referência explícita ou implícita aos heróis, mártires e feitos de ambas as tradições, como que justificando a necessidade e justeza do momento presente a partir do resgate desses exemplos passados. O fato de que Morales e seu governo consigam articular ao mesmo tempo elementos do nacional-popular e do indigenismo são um forte indicativo de que seus projetos e atores se encontram mais uma vez coligados em um bloco histórico com todo o potencial transformador e tensões políticas daí resultantes. É exatamente o modo como se dá essa articulação no atual bloco histórico e como ela se compara com conjunturas semelhantes do passado o que busca compreender essa dissertação.

O grande filósofo alemão Walter Benjamin ressaltava em suas teses *Sobre o Conceito de História* a grande importância da lembrança do passado como catalisador

---

<sup>3</sup> Na história e na política, nada é definitivo. Com o termo refiro-me aqui, no entanto, ao horizonte de análise limitado de seu primeiro mandato presidencial. Confirmada sua reeleição, obviamente, nada garante que não venham a surgir novas tentativas de desestabilização opositoras ou fraturas no bloco histórico no poder que venham a inviabilizá-lo.

das lutas do presente. Para Benjamin, que concebia a história como um anjo com as costas voltadas para o futuro e constantemente soprado adiante pelos ventos do passado, a luta transformadora alimenta-se “da visão dos ancestrais escravizados, e não do ideal dos descendentes libertados” (apud. LÖWY, 2005, p. 108). A história, para ele, seria como uma faísca capaz de detonar efeitos no presente e “projetos de emancipação social e política que foram vencidos ou esquecidos..., por não terem podido se realizar continuam latentes e suscetíveis de serem reacendidos” (TAPIA, 2002, p. 31) por essa faísca.

A história política boliviana é particularmente rica em exemplos concretos deste tipo de fenômeno, tanto em nível de movimentos sociais/movimentos insurgentes, quanto de governos constituídos. O apelo às memórias longa e curta (ver SVAMPA; STEFANONI, 2007) como fonte de legitimação, usado por atores tão díspares quanto os governos do socialismo militar da década de 1930 em referência aos mártires do Chaco, por Villarroel na década seguinte em referência a seus predecessores, pelos líderes da revolução de 52 a todos esses, pelos kataristas dos anos 1970-80 em referência ao mártir indígena Tupac Katari ou por Morales em referência a vários deles deve ser entendido como mais que mero jogo retórico. Se não há dúvida de que certamente a retórica joga papel importante ao tentar traçar uma linha inconfundível que guia e conecta as ações do passado em direção aos acontecimentos presentes como se os antecessores tivessem previsto e planejado exatamente os desdobramentos em curso, também não é possível ignorar que se não são eventos teleologicamente encadeados, não deixam de constituir condições de possibilidade dos eventos futuros.

Ainda que milhares de outros desfechos pudessem ter sido possíveis a partir de cada conjuntura crítica, não se pode negar que, por exemplo, a Revolução de 52 não teria sido possível da maneira em que se deu sem o desarranjo social provocado pela Guerra do Chaco (1932-35) ou que as tomadas de terras que resultaram em sua reforma agrária não se tenham inspirado nos atos liderados por Zárate ‘Willka’ e seu exército índio na Guerra Federal de 1899. René Zavaleta Mercado, provavelmente o maior pensador boliviano do século XX, costumava pensar a política a partir de seus momentos constitutivos, isto é, “momentos de fundação política e ideológica em torno à implementação ou reforma de estruturas econômicas e sociais” (TAPIA, 2002, pp. 363-4) que acabam por definir de maneira duradoura os marcos em que se dará a luta política futura, tanto em termos de instituições quanto em estruturas cognitivas.

Dessa forma, o que se busca aqui é justamente perscrutar o século XX boliviano em busca dos momentos constitutivos da conjuntura atual e que seguem vivos como as raízes que alimentam a legitimidade do atual bloco histórico em sua luta por hegemonia. A hipótese subjacente a esse trabalho é que apesar de ser ainda um processo político em andamento cujo desfecho está longe de poder ser previsto, a eleição de Evo Morales em 2005 e sua conexão com a conjuntura crítica do quinquênio que lhe antecede podem já ser consideradas como um momento constitutivo da política boliviana futura, que já se dividiria em um antes e depois de Evo e a cujas políticas e marcos simbólicos terá necessariamente que se reportar, seja para reivindicá-la, seja para negá-la, de maneira semelhante ao que aconteceu após a Revolução de 1952. E que através da comparação arqueológica do atual bloco histórico com momentos semelhantes em torno de sua composição entre nacional-popular e indigenismo, talvez seja possível uma melhor compreensão do horizonte hegemônico hoje em disputa no país andino.

\*\*\*

O trabalho se estrutura, além desta introdução, em dois capítulos e uma conclusão. No capítulo que segue imediatamente estas palavras introdutórias, busco discutir melhor os conceitos de nacional-popular e indigenismo conforme aqui empregados, sua importância para o momento atual e como ambos se articulam no governo de Evo Morales e no bloco histórico que ele lidera institucionalmente. No capítulo seguinte, faço uma comparação com cinco momentos constitutivos precedentes, escolhidos a partir de sua importância reconhecida na bibliografia política sobre a Bolívia e a herança que deixaram para o momento atual: a crise hegemônica durante a redemocratização, o regime militar de Ovando e Torres, a Revolução de 1952, o governo de Gualberto Villarroel e a Guerra do Chaco e o Socialismo Militar dos anos 1930. E por último, concluo retomando algumas das ideias subjacentes na comparação do atual bloco histórico com seus momentos constitutivos precedentes e como estes influenciam e em alguma medida determinam a natureza do processo político atual.

A descrição de fatos históricos ao longo do texto baseia-se, quando não indicado de outra maneira, nos livros de história boliviana escritos por Herbert Klein (2003) e José de Mesa, Teresa Gisbert e Carlos Mesa Gisbert (2008). Para os acontecimentos mais recentes, me utilizo do banco de dados de eventos políticos do OPSA (OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO) disponível em

<http://observatorio.iuperj.br/banco.php>. Todas as citações utilizados no texto, quando extraídas de original em idioma estrangeiro, foram traduzidas diretamente por mim.

## **2. Evo Morales e a construção do novo bloco histórico: entre o nacional-popular e o indigenismo**

Conta-se que, durante uma visita à França nos anos 1970, o líder comunista chinês, Zhou Enlai foi perguntado sobre sua opinião acerca da importância histórica da Revolução Francesa, ao que teria respondido que era ainda muito cedo para saber. Tratar de eventos políticos tão recentes quanto os relativos a um governo ainda em andamento certamente traz riscos analíticos consideravelmente maiores que os então enfrentados pelo líder chinês ao responder à pergunta. Mas, embora seja ainda cedo demais para analisar qual será o legado histórico definitivo da eleição de Evo Morales, ocorrida em dezembro de 2005, já é possível afirmar hoje que aquela foi uma eleição histórica.

Independentemente dos critérios que se queira utilizar para analisar a eleição de Morales, sua importância no contexto boliviano e seu potencial de se converter em um momento constitutivo estruturante da política da Bolívia pelos próximos anos são inegáveis. Evo não é apenas o primeiro indígena a assumir a presidência<sup>4</sup> de um país de cultura e composição étnica predominantemente indígena e mestiça (ver Tabela 1), mas é também o primeiro presidente desde a redemocratização a ser eleito diretamente pelo voto popular, sem precisar passar por ratificação congressional<sup>5</sup> (ver Tabela 2). Além disso, sua eleição em 2005 é indissociável do período de fortes turbulências sociais por que passou a Bolívia no quinquênio anterior a sua eleição e que levou à reversão de privatizações e de políticas públicas, expulsão de empresas transnacionais, renúncias presidenciais e à convocação das eleições antecipadas que lhe levaram à primeira magistratura (ver, por exemplo, TAPIA, 2007).

Há inclusive autores (por exemplo, DUNKERLEY, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007) que falam do período como sendo a 3ª Revolução Boliviana, com a eleição de Morales como seu período de consolidação e fechamento da fase revolucionária. Contudo, independentemente da concordância ou não com tal

---

<sup>4</sup> Nas eleições presidenciais de 1934, logo após a Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai, o escritor de origem indígena Franz Tamayo foi eleito presidente, mas não chegou a tomar posse devido a um golpe militar que iniciaria a fase conhecida como Socialismo Militar (ver TABOADA TERÁN, 2006).

<sup>5</sup> Pela Constituição Boliviana de 1967, vigente até a promulgação da nova Constituição Política do Estado de 2009, em caso de nenhum candidato obter a maioria absoluta dos votos, cabia ao Congresso decidir em segundo turno quem seria o presidente. Até a eleição de 1989, a decisão se dava entre os três primeiros colocados, mas após as reformas à lei eleitoral de 1991 a decisão do congresso passou a se limitar aos dois primeiros colocados a partir da eleição de 1993. Pelo fato de a decisão ocorrer após pactos entre os partidos envolvendo a distribuição de cargos e participação no governo, o período ficou conhecido como Democracia Pactuada.

caracterização, é inegável que, antes da conjuntura crítica de 2000-5, poucos imaginariam a possibilidade de um resultado eleitoral como o de dezembro de 2005. E, se é certo que os acontecimentos políticos desses anos, em especial após os violentos confrontos da Guerra do Gás de 2003 e a expulsão de Sánchez de Lozada da presidência, ajudaram a criar as estruturas mentais, políticas e discursivas que permitiram o questionamento radical da agenda política neoliberal hegemônica desde a redemocratização e a cristalização de uma agenda alternativa, também é verdade que os acontecimentos ora em curso possuem, de fato, raízes históricas muito mais profundas no país.

**Tabela 1: Autoidentificação com povos indígenas – Censo 2001<sup>6</sup>**

	Número de habitantes	%
Quéchuas	1.557.689	30,69
Aimará	1.278.627	25,19
Chiquitano	112.271	2,21
Guarani	78.438	1,55
Mojeño	43.323	0,85
Outro	75.427	1,49
Nenhum	1.930.476	38,03
<b>Total</b>	<b>5.076.251</b>	<b>100,00</b>

*Fonte:* Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estadísticas.

**Tabela 2: Resultados Eleitorais Pós-redemocratização**

	1980*	1985	1989	1993	1997	2002	2005
<b>Candidato</b>	Hernán Siles	Victor Paz	Jaime Paz	Sánchez de	Hugo	Sánchez de	Evo
<b>Eleito</b>	Zuazo	Estenssoro	Zamora	Lozada	Bánzer	Lozada	Morales
<b>(Partido)</b>	(UDP)	(MNR) <sup>a</sup>	(MIR) <sup>b</sup>	(MNR)	(ADN)	(MNR)	(MAS)
<b>Votação Nacional</b>	38,74%	30,36%	21,82%	35,55%	22,26%	22,46%	53,74%

*Fonte:* Elaboração própria a partir de dados disponíveis em MESA GISBERT, 2006.

\* Devido ao golpe militar encabeçado por Luis García Meza, o presidente eleito somente tomaria posse em 1982.

<sup>a</sup> Segundo colocado no sufrágio popular.

<sup>b</sup> Terceiro colocado no sufrágio popular.

<sup>6</sup> O Censo perguntava se a pessoa se identificava com algum dos grupos indígenas listados. O fato de não existir a possibilidade de responder “mestiço” e a falta de uma série confiável de censos utilizando as mesmas categorias e metodologia levanta polêmicas acerca da validade do famigerado Censo 2001 como espelho confiável da composição étnica boliviana. Apesar de reconhecer os problemas acima, considero que os dados ainda sejam válidos e de importância para a compreensão da realidade boliviana desde que tomados com cuidado e sem romantismo. Para duas visões opostas acerca do tema, ver ALBÓ, 2008 e TORANZO ROCA, 2008. Para uma síntese crítica do debate e da questão identitária na Bolívia, ver REYLES ZAVALA, 2008.

São precisamente essas raízes tão vivas durante tanto tempo na política boliviana do século XX (e em alguns casos mesmo antes) que, ao serem despertadas após uma dormência de cerca de duas décadas, permitem ao atual processo político sedimentar as bases de sua legitimidade e da projeção futura de sua hegemonia.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é tentar traçar uma caracterização do atual governo Evo Morales buscando daí apreender o modo pelo qual através de seus gestos concretos e simbólicos ele busca resgatar uma memória popular de lutas que fora, parafraseando à historiadora Silvia Rivera Cusicanqui (1987), “oprimida, mas não vencida”.

Diversos autores (por exemplo, CRABTREE; WHITEHEAD, 2008; DUNKERLEY, 2007; STEFANONI; DO ALTO, 2006; SVAMPA; STEFANONI, 2007; ZANELLA ET AL., 2007) têm ressaltado o notável grau de continuidade entre o atual governo e uma tradição de lutas populares e governos “nacionalistas”<sup>7</sup> muito marcante no século XX da Bolívia, em especial após a Guerra do Chaco (1932-35). De fato, se tal continuidade não é difícil de ser captada na semelhança entre o tipo de políticas perseguidas e implementadas pelo governo Morales e predecessores tais como David Toro, Germán Busch ou J. J. Torres, por exemplo, os gestos simbólicos do novo governo têm buscado sistematicamente ressaltar e reafirmar essa continuidade, seja através de discursos, da escolha de datas para o anúncio de determinadas medidas ou na nomeação dada a obras ou políticas públicas.

Após duas décadas de governos neoliberais - cujo modelo implementado não apenas não logrou superar os graves problemas sociais do país, como foi assimilado por boa parte dos atores sociais como os tendo agravado - é quase natural que um novo presidente eleito após o colapso do sistema político e com promessas de refundação nacional busque associar-se com exemplos históricos tidos por antitéticos ao modelo rejeitado. Em sua magistral obra acerca da presidência boliviana desde a formação da república, o historiador Carlos Mesa Gisbert (2006, p. 97) relata como, no meio político e acadêmico boliviano, já é uma espécie de senso comum a divisão dicotômica entre os diversos presidentes do país como um grupo de presidentes liberal-oligárquicos e outro de nacionalistas. No primeiro grupo, associado com valores europeus e ideias de

---

<sup>7</sup> O termo foi utilizado aqui em um sentido vago e como espécie de *proxy* para “progressista” ou “de esquerda”. Optei por “nacionalista” por ser o mais comumente utilizado na própria Bolívia para referir-se a esse determinado grupo de governos, normalmente associados à construção e fortalecimento do Estado-nação boliviano, e para evitar o risco de anacronismo ao tratar por “esquerda” a governos de períodos históricos tão distintos, onde o termo tinha conotações tão diferentes ou simplesmente não era utilizado no contexto local.

progresso através do livre mercado, figurariam todos os presidentes do período da redemocratização pós-1985, além das ditaduras militares de René Barrientos e Hugo Banzer e a maioria dos presidentes pré-Guerra do Chaco. No segundo, associado com a defesa dos recursos naturais, a integração das classes populares e a recuperação do poder do Estado, poderiam ser incluídos aos já citados Busch, Toro e Torres, entre outros, Gualberto Villarroel, Alfredo Ovando e o legado da Revolução de 52.

A pré-existência desse tipo de percepção torna ainda mais relevante a necessidade de algum tipo de esforço por parte do presidente Morales em delimitar com que campo ele se associa, buscando assim reforçar uma narrativa em que seu governo pareça representar o coroamento de uma longa e nobre tradição que, por força de erros e equívocos próprios e da reação de interesses poderosos, não teria logrado concretizar sua tarefa histórica; tarefa essa que agora, finalmente, estaria se encaminhando a um melhor desfecho. Não se trata aqui de corroborar esse tipo de visão e aceitar que objetivamente exista tal teleologia encaminhando a história boliviana em direção ao suposto desfecho redentor, a qual estaria em andamento sob Evo Morales. Uma abordagem dessa natureza seria certamente ingênua. O ponto que interessa abordar é que, de fato, tal tipo de percepção existe entre parte importante dos atores políticos e mesmo da elite intelectual nacional (ver por exemplo TABOADA TERÁN, 2006) e que sua existência enquanto percepção, se suficientemente difundida, acaba condicionando o comportamento político objetivo e convertendo-a em verdade à maneira de profecia auto-realizável.

Gramsci (2000) ensina que a diferença entre dominação e hegemonia reside na capacidade da classe dirigente em apresentar seus interesses particulares como universais à sociedade, podendo assim governar por uma espécie de consenso. Quando perde esse consenso, quando esses interesses particulares deixam de ser percebidos como universais e vistos como de fato o são pelo resto (ou a maioria) dos grupos sociais, a classe dirigente passa a ser meramente dominante e a ter que recorrer cada vez mais ao aparato coercivo do Estado para se manter no poder (ver também DUSSEL, 2007). É possível entender o processo político boliviano dos últimos anos como um processo de erosão progressiva da hegemonia de grupos e valores dirigentes<sup>8</sup> e da

---

<sup>8</sup> Embora há quem diga que as elites políticas dominantes a partir de 1985 nunca obtiveram de fato uma hegemonia. James Dunkerley, por exemplo, sustenta que embora derrotada politicamente, a esquerda boliviana manteve uma espécie de “vitória moral”, no sentido em que seu fracasso era visto como fruto do anacronismo de seus métodos e não de seus objetivos (2007, pp. 110-1). Para ele, a direita obteve no período a aquiescência das classes populares, não hegemonia. O fato de que entre 1985 e 2002 cinco

paralela construção concomitante de uma contra-hegemonia desafiante, a qual alcança o poder estatal e hoje se encontra diante do desafio de constituir um novo bloco histórico estável e sua hegemonia (ARCHONDO, 2006; CUNHA FILHO, no prelo; GARCÍA LINERA, 2008; ROCHA, 2006; ROSSELL, 2009; TAPIA, 2008). Na medida em que esse processo de construção de hegemonia é eminentemente um processo de construção e difusão ideológica, nada mais “natural” que apoiar-se em elementos e tradições políticas pré-existentes, em narrativas já possuidoras de um considerável enraizamento social, em vez de partir do zero.

Na história de insurgências e lutas populares boliviana, destacam-se duas grandes correntes que, em alguns momentos, puderam coligar-se e constituir potentes blocos históricos que, no que pese a instabilidade e a frequente fugacidade dos mesmos, tiveram efeitos políticos fortes e duradouros, configurando-se em verdadeiros momentos constitutivos conforme a definição de René Zavaleta<sup>9</sup>. Trata-se do nacional-popular e do indigenismo, hoje novamente coligados em um bloco histórico proto-hegemônico e com enorme potencial de marcar novo momento constitutivo que, para o bem ou para o mal, pelo sucesso de sua consolidação ou por seu fracasso, deverá definir as formas e estruturas através das quais se dará a luta política na Bolívia pelos próximos anos.

A noção de nacional-popular conforme empregada aqui também tem suas raízes na obra de René Zavaleta e deriva de outro importante conceito cunhado para explicar a Bolívia, caracterizada por ele como uma *sociedade abigarrada*<sup>10</sup>, composta, na verdade, por muitas sociedades e civilizações justapostas, com tempos socioeconômicos distintos e na qual nenhuma delas é capaz de impor sua hegemonia completamente sobre as

---

estados de sítio tenham sido decretados como forma de garantir a implementação de políticas e a restauração da ordem pública empresta considerável credibilidade ao argumento.

<sup>9</sup> Certamente o maior pensador boliviano do século XX, René Zavaleta Mercado considerava que o presente político podia ser muito melhor explicado através da inquisição de sua origem histórica que pela descrição de suas instituições e atores sociais contemporâneos. Zavaleta desenvolveu assim a noção de momento constitutivo, processos e conjunturas normalmente marcados por algum tipo de crise intensa (guerra, mortalidade, depressão econômica aguda) nos quais se produzem os marcos dentro dos quais se enquadrará a luta política e as estruturas sociais de determinada *polis* pelos próximos anos. Na medida em que um momento constitutivo, em última instância, tem por resultado a modificação do que sobrou das estruturas criadas pelo momento constitutivo anterior, o conceito não prevê a criação de uma estrutura estanque e imutável que a tudo sobredetermina. O caráter mais ou menos transitório de um momento constitutivo é quase autoevidente, mas o seu poder explicativo segue importante por períodos de tempo tão longos quanto a intensidade da reestruturação por eles trazida. A Revolução de 52, por exemplo, seguiu marcando a natureza da disputa política boliviana por pelo menos 30 anos apesar de todos os golpes, contragolpes e reviravoltas que se lhe seguiram. Para uma explicação da importância do conceito na obra de Zavaleta, ver TAPIA, 2002.

<sup>10</sup> *Abigarrado*, em espanhol, seria traduzido ao português como variegado, feito de retalhos justapostos. Como a tradução parece perder um pouco do sentido original, opto por manter o termo no original.

outras. A própria maneira pela qual se deu a colonização espanhola no território que viria a constituir a Bolívia explica um pouco a gênese deste tipo de sociedade, onde apesar da brutalidade e violência da conquista os espanhóis em grande medida se adaptaram a formas de governo e extração de excedente econômico das civilizações autóctones pré-existentes em vez de buscar uma reconstrução social mais profunda da colônia (KLEIN, 2003). Dados os objetivos a que se propunha o reino espanhol – extrair o máximo de lucros com o menor esforço –, era bastante compreensível que assim o fizessem. Daí nascia um Estado praticamente sem nação, em diversos sentidos muito mais aparente que real, com hegemonia bastante limitada espacialmente e incapaz de impor sua soberania de maneira incontestada em grande parte do território do qual era oficialmente o responsável (ZVALETA MERCADO, 1986). Essa foi, por exemplo, uma das principais causas do recorrente drama boliviano de perdas territoriais para seus vizinhos. A ideia do nacional-popular expressa justamente aqueles movimentos e governos ao longo da história boliviana cujo objetivo primordial girava em torno da construção na Bolívia de um Estado real, com verdadeira correspondência entre sociedade civil e política, entre Estado e nação.

Zavaleta refere-se ao nacional-popular como movimentos policlassistas de democratização efetiva do Estado boliviano, entendendo democratização mais além do sentido institucionalista do termo, como a criação de uma nação boliviana efetiva, autodeterminada pela sociedade civil e com real controle sobre seu território e recursos (ver HYLTON; THOMSON, 2007; TAPIA, 2002). O caráter policlassista do nacional-popular é uma característica importante a ser ressaltada posto que a própria natureza abigarrada da sociedade boliviana inviabilizaria movimentos de corte classista puro. Isto não quer dizer que as massas não tenham tido em suas composições a presença de algum núcleo classista que os liderasse e centralizasse a natureza das convocatórias e jornadas de luta – no período estudado por Zavaleta, por exemplo, teria sido o proletariado mineiro –, mas o movimento nacional-popular tinha necessariamente que ser sempre mais amplo que esse núcleo central. E era essa amplitude maior que o permitia associar-se com a outra corrente fundamental da história insurrecional da Bolívia que é o indigenismo.

O termo indigenista conforme aqui empregado segue a caracterização feita pelos historiadores britânicos Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) e se refere ao conjunto diverso de revoltas e levantamentos indígenas que vão desde o cerco de La Paz por Tupac Katari em 1780-1 às tropas de Pablo Zárate “Willka” na Guerra Federal de

1899 e os *Ponchos Rojos* de Achacachi dos dias atuais. Inclui também movimentos intelectuais e culturais como o movimento índio de Fausto Reinaga e as várias correntes do chamado Katarismo<sup>11</sup> dos anos 1970-80. Com objetivos políticos tão distintos quanto o retorno ao Qollasuyo inca ancestral<sup>12</sup>, o reconhecimento de direitos multiculturais em um Estado moderno ou uma espécie de mescla de luta de classes com consciência étnica todos agrupados sob o mesmo termo de indigenismo, não se trata, porém, de insinuar a existência de um movimento único e articulado. Trata-se de classificar uma variedade imensamente rica e plural de movimentos de contestação a partir de uma característica comum por eles partilhada para fins de análise. Mais ou menos radicais, todos eles tinham - e têm - em comum o fato de colocarem a valorização de uma identidade ancestral pré-colombiana como central em suas demandas. Além disso, as chamadas rebeliões indígenas da primeira metade do século XX, embora tenham acontecido muitas vezes de maneira independente entre si, compartilharam objetivos (posse da terra e resistência à expansão do latifúndio sobre as terras comunitárias) e métodos (ocupações, greves de “braços caídos”, luta judicial pela posse comunal) em grau impressionante (RIVERA CUSICANQUI, 1987). Isto permite inferir a presença em ação de algum tipo de memória ou imaginário comum que valida sua classificação como uma corrente política própria.

Mas não se pretende afirmar que as duas correntes aqui propostas sejam como ideologias totalmente isoladas, havendo muitos graus de interpenetração entre ambas tanto no que se refere a visão de mundo quanto a demandas e objetivos políticos, mesmo nos momentos em que suas lutas e atores mais divergiram. O próprio já citado René Zavaleta (1986), por exemplo, considerava por isso a questão do indigenismo como subsumida no nacional-popular e uma de suas principais tarefas pendentes e nunca abordou o tema como uma questão separada, cabendo ao contemporâneo grupo de pesquisas *Taller de Historia Oral Andina* (THOA)<sup>13</sup> muito do mérito pela revalorização do conceito como chave interpretativa da história política boliviana.

---

<sup>11</sup> Movimento político-cultural aimará iniciado na década de 1970, buscava a revalorização da cultura e da identidade indígena subsumida na identidade camponesa como política oficial de Estado a partir da Revolução de 1952. O nome katarismo é uma referência ao aimará Tupac Katari, líder de uma revolta anticolonial entre 1780-1. Deu origem a diversos grupos e partidos políticos de importâncias variadas e teve papel fundamental na reconstrução da identidade indígena como fator político na Bolívia.

<sup>12</sup> O império inca era por eles chamados de Império das Quatro Regiões ou Tahuantisuyo, em quéchua, devido à divisão administrativa do seu império em quatro partes com capital em Cusco por eles estabelecida. O Qollasuyo era a região administrativa mais ou menos correspondente à Bolívia atual.

<sup>13</sup> Fundado em 1983 e ligado ao Departamento de Sociologia, da *Universidad Mayor de San Andrés* (UMSA), em La Paz.

Os dois termos – nacional-popular e indigenismo – são usados aqui como uma espécie de tipo ideal para fins de análise dos interesses diversos em jogo na conformação dos blocos históricos em pugna pela transformação social e hegemonia política na Bolívia. Sigo, portanto, a tipologia proposta por Hylton e Thomson (2007) por considerar que acertam esses autores em identificar nas vicissitudes de ambas correntes políticas algumas das maiores riquezas do movimento popular boliviano ao mesmo tempo em que a ignorância mútua entre ambos também se constituiu em uma de suas principais debilidades.

## **2.1 A construção do bloco histórico da Guerra da Água à Guerra do Gás**

Um elemento de crucial importância para esse processo de acumulação de energias sociais e conformação de um projeto contra-hegemônico que possibilitou a eleição de Evo Morales foi a formação de seu partido político MAS-IPSP<sup>14</sup> e do embrião que lhe precedeu, as Federações dos Plantadores de Coca do Trópico de Cochabamba.

Ao longo das duas décadas de democracia pactuada, foram frequentes movimentos contestatórios e protestos pontuais, com demandas setorializadas às quais o Estado respondeu em distintas ocasiões com um misto de cooptação e repressão. O próprio movimento cocaleiro, já citado, foi um dos exemplos emblemáticos dessa dinâmica, mas a natureza setorializada de suas demandas impedia a possibilidade de uma convocatória social ampla que permitisse a construção de uma proposta política capaz de aglutinar a outros setores sociais igualmente descontentes por suas próprias questões.

A ideia de organizar-se em partido político a princípio tinha muito mais de canalização direta de demandas ainda setoriais que de um projeto de construção de instrumento para um novo bloco histórico. O ponto era evitar a manipulação por políticos e partidos tradicionais de quem desconfiavam. Isso tampouco era exatamente uma novidade. Tentativas anteriores de conformação de partidos políticos exclusivamente indígenas e/ou camponeses já tinham se materializado, por exemplo, no

---

<sup>14</sup> Concebido inicialmente como Instrumento Político para Soberania dos Povos (IPSP), seus criadores viram-se forçados a adotar a sigla já existente do Movimento Ao Socialismo - Unzaguista (MAS-U), partido político dissidente da fascista Falange Socialista Boliviana e em vias de extinção, para concorrer a eleições diante das travas burocráticas que lhes eram impostas durante suas tentativas de legalizar o IPSP. A solução encontrada foi retirar o U em referência ao líder histórico da Falange, Óscar Unzaga, e agregar-lhe o IPSP do título originalmente proposto. Ver HARNECKER; FUENTES, 2008. Para efeito de simplificação, utilizaremos simplesmente a sigla MAS.

Partido Índio de Fausto Reinaga da década de 1960, nos vários partidos kataristas dos anos 1980-90 ou no Eixo Pachakuti do início dos anos 1990, todos obtendo resultados eleitorais muito baixos e durando poucos anos. A única “exceção” (e que confirmou a regra de participação política subalterna), foi o Movimento Revolucionário Tupac Katari de Libertação (MRTKL) que se aliou ao MNR nas eleições presidenciais de 1993 e chegou à vice-presidência com o intelectual aimará Victor Hugo Cárdenas.

De fato, mesmo a conformação do MAS, a princípio, parecia seguir o mesmo caminho do isolamento sectário. Partido quase exclusivamente cocaleiro em sua origem, o MAS tinha sua base eleitoral praticamente restrita ao Chapare<sup>15</sup> até as eleições de 2002, quando logra importante penetração eleitoral nos departamentos de La Paz, Oruro e Potosí, além da Cochabamba natal (CAMARGO, 2006, p. 203), e em especial após 2005, quando se consolida como o partido mais importante do país e com efetiva implantação em praticamente todo o seu território (MAYORGA, 2007). Embora seu núcleo duro fosse o movimento cocaleiro, o MAS nunca restringiu seu discurso a demandas meramente camponesas ou indígenas, o que permitiu que o partido pudesse se constituir em pivô da acumulação de mobilizações sociais mais amplas quando a conjuntura surgiu. Como colocava o futuro vice-presidente Álvaro García Linera em texto de 2005, o MAS sempre se destacou por sua “capacidade de recolher a memória nacional-popular, marxista e de esquerda formada nas décadas anteriores, o que lhe tem permitido uma maior recepção urbana, multi-setorial e pluri-regional a sua convocatória” (reproduzido em GARCÍA LINERA, 2008a, p. 390).

Um aspecto importante a ser considerado como condição de possibilidade desse papel pelo partido reside na própria característica do movimento cocaleiro, que é, ele próprio, em grande medida, uma mescla de elementos do nacional-popular e do indigenismo. Ao mesmo tempo em que o cultivo da folha de coca é defendido com base em apelos indigenistas a tradições milenares andinas e seu papel cerimonial místico-religioso, os cocaleiros se organizam politicamente com base na larga tradição sindicalista mais próxima do nacional-popular<sup>16</sup> e em seu enfrentamento às políticas de erradicação forçada da coca financiadas pela embaixada estadunidense apelam a um

---

<sup>15</sup> Nome de uma das províncias do departamento de Cochabamba notória pela produção de coca e local de origem do MAS.

<sup>16</sup> A região do Vale de Cochabamba como um todo (o que inclui o Chapare) tinha experimentado desde os tempos da colônia um processo maior de mestiçagem e assimilação de formas “modernas” de organização produtiva e representação política, o que ocasionou uma absorção mais fácil e profunda da campesinização do indígena estabelecida pela Revolução de 52 (ver RIVERA CUSICANQUI, 1987, pp. 150-1).

forte discurso anti-imperialista e de defesa de valores nacionais. Isto lhes permite, como poucos, apelar eficazmente à memória de ambas as tradições, inclusive com a apresentação de um discurso ambíguo o suficiente, de modo a permitir-lhe enfatizar o aspecto que melhor lhe convenha em cada conjuntura política, dotando-os de importante flexibilidade tática (HYLTON; THOMSON, 2007; MAYORGA, 2007).

Mas essa característica do movimento cocaleiro tem raízes ainda mais antigas. Na *abigarrada* sociedade boliviana, a grande maioria da produção agrícola comunal existente até pelo menos a Revolução de 52 restringia-se ao consumo local e regional, não existindo um mercado inter-regional para excedentes agrícolas produzidos sob essa forma de organização econômica. Uma das poucas exceções a essa realidade era a produção de coca, cuja demanda pelos trabalhadores das minas lhe garantia um mercado mais amplo e lhe conferia certa dimensão “nacional” (RIVERA CUSICANQUI, 1987, p. 66) que perdurou quando do início de seu plantio massivo no Chapare.

Embora o plantio e consumo de coca na região andina em geral e no território da atual Bolívia em particular seja milenar, o movimento cocaleiro boliviano, como o conhecemos hoje, tem suas origens no processo de implantação das reformas neoliberais durante a redemocratização dos anos 1980. O fechamento de diversas minas e a demissão de milhares de mineiros após as políticas de estabilização monetária implementadas durante a presidência de Victor Paz Estenssoro (1985-89) levou a muitos desses mineiros (bem como a trabalhadores de outros setores da economia igualmente afetados pelas políticas anti-inflacionárias de caráter recessivo) a emigrarem para a região do Chapare e buscarem na coca uma importante fonte substituta de ocupação e renda (STEFANONI; DO ALTO, 2006, p. 40). Além disso, ao emigrarem ao Chapare muitos desses mineiros levaram consigo suas experiências de organização e luta sindical, contribuindo decisivamente com a organização política dos agricultores da região, bem como com a própria mescla entre nacional-popular e indigenismo na qual se constitui o movimento e que conduziria à posterior formação do MAS.

Durante boa parte das duas décadas de democracia pactuada, os cocaleiros foram provavelmente o movimento social mais mobilizado e combativo do país, por vezes comparável ao próprio histórico movimento mineiro em seu auge – embora, sem dúvida, com um apelo muito mais restrito geográfica e socialmente e incapaz de converter-se como aquele em elemento aglutinador de um bloco histórico. Ao contrário da mineração e apesar de sua importância, a coca nunca se constituiu em núcleo central da economia do país a partir do qual sua força de convocatória pudesse espalhar-se aos

demais setores como demanda universal. A própria natureza do produto, com o estigma de insumo essencial da cocaína, impede sequer imaginar que, num mundo de *War on Drugs*, a coca pudesse ocupar essa centralidade, salvo em regimes idiossincráticos e párias internacionais como a narcoditadura de Luis García Meza (1980-1) e mesmo assim apenas como economia paralela e sob fortes doses de hipocrisia.

Mas, se a mobilização cocaleira não era suficiente para a constituição do bloco histórico, foi, sem dúvida, necessária e suficiente, pelo menos, para ocupar o papel de núcleo original do partido político que mais tarde poderia absorver e processar outras demandas e apresentar um programa político mais abrangente e universalizável ao conjunto de classes e atores sociais.

Os vários movimentos de protestos e demandas isoladas ao longo dos anos da democracia pactuada, dos quais os cocaleiros eram apenas um exemplo e incluíam a organização dos índios das terras baixas da Amazônia e oriente em busca de direitos e território, a efêmera guerrilha do EGTK<sup>17</sup>, protestos contra privatizações, reforma educativa e lei de reforma agrária de 1996 e ocupações esporádicas de minas privadas atestavam a possibilidade de uma contestação mais ampla à ordem vigente e da conformação de um movimento contra-hegemônico que ganharia impulso definitivo a partir da Guerra da Água de Cochabamba, em 2000.

Motivada pela privatização do sistema de abastecimento d'água da cidade de Cochabamba a um consórcio liderado pela empresa californiana Bechtel, durante a presidência constitucional de Hugo Banzer, os protestos uniram diversos setores sociais (agricultores, ambientalistas, trabalhadores urbanos, setores da classe média, associações de vizinhos, estudantes, sindicatos de professores entre outros) em torno da Coordenadora de Defesa da Água e da Vida.

Após violentos confrontos com as forças de segurança, a Coordenadora obteve a reversão do projeto de privatização, mas, para além da vitória dos movimentos então sublevados frente ao Estado, sinalizando o início de um processo de enfraquecimento cada vez maior da ordem instaurada em 1985, o caráter mais importante da Guerra da Água reside no fato de que começou ali um processo de consolidação de uma agenda política alternativa ampla. Agenda que, no decorrer da conturbada conjuntura que atingirá seu ápice em 2003 e prosseguirá até pelo menos as eleições antecipadas de

---

<sup>17</sup> Exército Guerrilheiro Tupac Katari, grupo guerrilheiro cujas ações no início dos anos 1990 incluíram cerca de meia dúzia de atentados com um saldo de alguns mortos e feridos e danos materiais e entre cujos líderes se encontravam o líder indígena Felipe Quispe e o sociólogo e atual vice-presidente boliviano, Álvaro García Linera (Ver MESA ET AL., 2008, p. 590).

2005, logrará aglutinar aos diversos setores descontentes em um projeto contra-hegemônico de alcance nacional.

Um importante elemento de aglutinação das massas que participaram do movimento foi o caráter transversal do elemento em disputa, a água e seus custos, afetando igualmente a todos como uma espécie de salário indireto para além das diferenças de classe e ocupação dos setores que o compuseram (GARCÍA LINERA, 2008a, p. 299; VARGAS; KRUSE, 2000). Além disso, em alguns momentos a Coordenadora chegou a controlar o poder e a soberania territorial *de facto*, atuando como uma espécie de protoestado alternativo (ainda que limitado) que operava através de formas próprias de legitimidade como assembleias abertas, ação política direta etc. Isto levou seus membros ao longo da radicalização do movimento no embate contra o Estado constituído a extrapolar as demandas pela reversão da privatização da água (demandas defensivas, de restauração do *status quo ante*) por demandas políticas de criação de novos direitos e alteração da institucionalidade (demandas ofensivas) cujo ápice seria a convocação de uma Assembleia Constituinte (GARCÍA LINERA, 2008a; HYLTON; THOMSON, 2007; TAPIA, 2008; VARGAS; KRUSE, 2000).

Embora a bandeira de convocação de uma constituinte remonte à histórica Marcha por Território e Dignidade empreendida pelos povos indígenas da Amazônia e terras baixas do oriente de Trinidad a La Paz em 1991, foi a partir da Guerra da Água que a demanda começou a se consolidar como um elemento central dos setores descontentes. Já nas eleições presidenciais seguintes, de 2002, a demanda seria parte importante da agenda eleitoral, seja como promessa de campanha ou negação de sua necessidade pelos candidatos em disputa, e no ano de 2003 atingiria sua consolidação definitiva na próxima guerra, a do gás.

A importância da Guerra da Água na construção da conjuntura que permitiria a ascensão de Evo Morales e do MAS é inegável ainda que ambos não tenham tido nenhum papel de especial destaque naquele protesto específico. O caráter “didático” da vitória frente ao governo serviu de estímulo aos cocaleiros em sua resistência contra as políticas de erradicação da coca, reforçadas, como nunca antes, durante o mandato Banzer – Quiroga<sup>18</sup> (1997-2002), através de bloqueios de rodovias que se repetiram várias vezes entre 2000 e 2003. Outros movimentos sociais independentes (e por vezes mesmo rivais do MAS), como os aimarás liderados por Felipe Quispe no altiplano de La

---

<sup>18</sup> Convalescente de um câncer no pulmão, Hugo Banzer renunciou à presidência em 2001 e foi substituído por seu vice, Jorge Quiroga, que concluiu o mandato.

Paz, também seguiam o exemplo bloqueando em ações por vezes (mais ou menos) coordenadas com os cocaleiros do Chapare, por vezes independentes, mas cada vez mais frequentes que deixavam clara a situação de profunda crise política por que passava o país.

Quando das eleições de 2002, Morales era já um líder político importante no país e sua quase vitória naquelas eleições (obteve 20,94% dos votos frente aos 22,46% do ganhador) confirmou sua posição pivotal bem como a de seu partido (MAYORGA, 2007). Quando, em 2003, estourou a Guerra do Gás, Morales e o MAS tampouco a lideraram, mas puderam colher os frutos de mais uma importante acumulação dos setores populares e canalizar posteriormente as energias de protesto e indignação através dos canais institucionais de transformação política (HYLTON; THOMSON, 2007).

A Guerra do Gás de 2003 marca o auge dessa conjuntura de efervescência revolucionária na interpretação de Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) e de James Dunkerley (2007); de descolamento entre poder constituinte e poder constituído, segundo Luis Tapia (2008); de empate catastrófico, segundo Álvaro García Linera (2008b); de instabilidade institucional, segundo Fernando Mayorga (2007). Como quer que se queira chamá-la, o mais importante e inegável é que o conflito marca um ponto de inflexão definitivo na política boliviana pós-democratização, o colapso dos partidos políticos tradicionais até bem pouco tempo dominantes no monopólio da representação e intermediação política e a consolidação de um projeto político alternativo de ampla convocatória cristalizado na Agenda de Outubro (em referência ao mês em que se deram os mais violentos confrontos da Guerra do Gás e a renúncia do então presidente Sánchez de Lozada) e que mais tarde seria apropriado pelo MAS e pelo governo de Evo Morales: nacionalização do gás e demais recursos naturais, convocação da Assembleia Constituinte, punição aos responsáveis pelas mortes do “Outubro Negro”.

Além disso, o *modus operandi* dos atores repetiu, em grande medida, os acontecimentos da Guerra da Água (ações decididas em assembleias de participação aberta, atuação em redes flexíveis, intervenção direta e inclusive a criação de um Coordenadora pela Defesa e Recuperação do Gás), atestando a importância didática daquele evento na conformação dos novos horizontes do possível no atuar político boliviano. Além disso, certamente, o caráter vitorioso daquela jornada de lutas deve ter alimentado o moral dos “guerreiros do gás” a avançar até a vitória como os da água que os precederam.

A Guerra do Gás fora antecedida em fevereiro de 2003 por um motim policial motivado pela criação pelo governo de novos impostos destinados a cobrir o déficit orçamentário e que terminou em confrontos entre a polícia e o exército com saldo de 29 mortos, 205 feridos, a suspensão dos impostos criados, o apedrejamento do palácio presidencial e o incêndio da sede da vice-presidência por populares e o aumento da sensação de falta de legitimidade do novo governo eleito apenas alguns meses antes.

Em setembro de 2003, o princípio do fim veio em protestos simultâneos contra a prisão de um líder indígena acusado de assassinato, contra a erradicação de cocais na região de Yungas e contra impostos municipais em El Alto, todos incluindo bloqueios de rodovias e barricadas que deixaram a capital e quase todo o departamento de La Paz incomunicáveis. Ao mesmo tempo, rumores de que o governo estava por concretizar acordos de exportação do gás natural aos EUA através de portos chilenos começaram a circular e demandas pela suspensão dos acordos e pela industrialização do gás na própria Bolívia começaram a ser agregadas ao caldo de cultura de descontentamento que se formava. Quando o ministro da Defesa, Carlos Sánchez Berzaín, conhecido como “a raposa”, ordenou o envio das forças armadas em 20 de setembro para “libertar” um grupo de turistas que ficara ilhado pelos bloqueios de estradas em Sorata, causando a morte de 4 camponeses, estavam criadas as condições para a eclosão da Guerra do Gás.

Os protestos foram se radicalizando, com chamadas à ocupação de terras pelo Movimento Sem-Terra boliviano, a conclamação de greve geral pela Central Operária Boliviana (COB), novos bloqueios de estradas no departamento de La Paz e no departamento de Cochabamba e pedidos de renúncia do presidente e cancelamento dos planos de exportação do gás via Chile. A decisão do governo de utilizar a força para romper os bloqueios e dispersar os protestos foram deixando mortos e feridos. Em vez de conseguir dissipar o movimento e restabelecer a ordem, fazia com que aumentasse a fúria popular contra o presidente e a radicalização dos protestos. Novamente, configurava-se uma rede de protesto ampla na qual, apesar da Federação de Juntas Vicinais (FEJUVE) e a Central Operária Regional (COR) de El Alto poderem, com alguma credibilidade clamar para si algum papel de destaque, nenhum grupo tinha efetivamente liderado os protestos. Trabalhadores fabris, mineiros, camponeses, indígenas, cocaleiros, classe média e mesmo alguns setores das Forças Armadas que nos momentos finais da Guerra do Gás se recusaram a seguir as ordens do presidente e utilizar força letal para deter os mineiros que marchavam rumo à capital tiveram papel

importante no movimento em ações muitas vezes espontâneas e descoordenadas e sem uma liderança de vanguarda a orientar os próximos passos. Quando Sánchez de Lozada finalmente renunciou em 17 de outubro, deixou um saldo de 112 mortos em 14 meses de governo e o fim efetivo (se ainda não o oficial) do sistema político inaugurado em 1985 durante a última presidência de Paz Estenssoro.

É possível especular, dada a magnitude dos eventos de outubro de 2003, que o desfecho não tenha sido uma “revolução clássica”, com a tomada de poder pelas massas insurrectas por dois fatores principais. Em primeiro lugar, pela presença de um vice-presidente, Carlos Mesa, que já havia demarcado sua distância do presidente antes do desfecho final e que, por sua trajetória intelectual e por não ser filiado a nenhum partido político, podia clamar com alguma credibilidade representar uma alternativa viável de transição institucional com mudança significativa. E em segundo lugar, pelo papel jogado por Evo Morales e pelo MAS, com sua respeitável bancada de 35 congressistas (27 deputados e 8 senadores) e que, ao longo das jornadas de outubro, atuou como um elemento moderador de apoio à institucionalidade democrática em uma provável estratégia de médio prazo em que se antevia como o herdeiro natural dos votos de descontentes nas próximas eleições.

Conforme analisado pelo cientista político Fernando Mayorga (2007), o MAS tem por marca um discurso radical que lhe permite colher os frutos das conjunturas de protestos, colocando-se de maneira bem-sucedida como uma espécie de representante dos movimentos sociais e de suas demandas dentro do Estado, ao mesmo tempo em que tem uma atitude prática pragmática e bem mais moderada que sua retórica que lhe permite encaixar-se dentro do processo institucional. Assim, quando da renúncia de Sánchez de Lozada, Morales e o MAS colocaram-se a favor da transição constitucional do mando presidencial ao então vice, Carlos Mesa, exigindo-lhe no entanto a atenção das demandas da Agenda de Outubro.

A aliança tácita entre Mesa e Morales (MAS) garantiu-lhe apoio político suficiente para o início de seu governo sem o respaldo de uma máquina partidária própria e a barganha de cargos entre a base de apoio no congresso, fato inédito até então, e certa trégua inicial com os movimentos sociais que haviam participado de uma ou outra forma da recente Guerra do Gás. O tema da nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos e da convocação da Assembleia Constituinte mobilizavam amplos debates ao longo do país. Mesa, que havia prometido cumprir com as demandas da Agenda de Outubro em seu discurso de posse, mudara um pouco de atitude com

relação aos temas, adotando posições mais moderadas. Em fevereiro de 2004, promulgou uma reforma constitucional que incorporava alguns mecanismos de democracia participativa, como a convocação de referendos, e se bem incorporava no texto constitucional a possibilidade e os procedimentos para a convocação de uma constituinte, não chegou a propriamente convocá-la. E utilizando-se do novo mecanismo de referendo recém constitucionalizado, Mesa convocou para julho uma consulta vinculante sobre o tema dos hidrocarbonetos que não contemplava a possibilidade de nacionalização dos mesmos, o que, segundo ele, seria tecnicamente inviável e afugentaria investidores estrangeiros do país.

O referendo convocado continha cinco perguntas. A primeira indagava sobre a necessidade de alterar a lei de hidrocarbonetos; a segunda sobre o Estado ter direitos sobre os hidrocarbonetos após sua extração do solo; a terceira sobre a necessidade de restabelecer a estatal YPFB como controladora da cadeia de exploração do setor; a quarta se o Estado deveria utilizar o gás como estratégia para recuperar sua saída soberana ao mar; e a quinta sobre se o gás deveria ser exportado mediante o pagamento pelas multinacionais de impostos de 50% sobre os lucros e com o investimento dos recursos arrecadados em saúde, educação e infraestrutura. Muitas das organizações que participaram da Guerra do Gás (FEJUVE, COB, Coordenadora...) chamaram ao boicote puro e simples do referendo, enquanto Morales e o MAS chamaram ao voto “Sim” às três primeiras perguntas e ao “Não” às duas últimas. O resultado foi uma abstenção de cerca de 40%, dando argumentos aos que pregaram o boicote para se julgarem fortalecidos, a vitória do “Sim” a todas as cinco perguntas, dando argumentos de vitória ao presidente Mesa, e uma quantidade significativamente menor de votos pelo “Sim” nas últimas duas perguntas, confirmando o poder de convocatória do MAS (ver MAYORGA, 2007). A postura do presidente frente ao tema, entretanto, ocasionou o rompimento da trégua concedida pelos movimentos sociais e da aliança tácita com o MAS, ocasionando o retorno de protestos e bloqueios em 2005.

Em janeiro, capitaneados pela FEJUVE, os habitantes de El Alto forçaram a revogação do contrato de fornecimento de água com a francesa Suez e bloqueios foram retomados em março diante das tentativas do presidente em adiar a saída da companhia, desta vez contando com o auxílio dos cocaleiros e outros movimentos de Cochabamba. Diante de um país novamente paralisado, Mesa anunciou sua renúncia, rejeitada pelo Congresso controlado pela direita, e obteve um fortalecimento momentâneo diante de elites regionais que começavam a reagir e se reagrupar sob a bandeira de autonomias

departamentais<sup>19</sup> e em rejeição à Agenda de Outubro. Fortalecimento que se mostrou uma vitória de Pirro, já que provocou também o reagrupamento da esquerda boliviana e de grupos e líderes muitas vezes rivais, como Morales e o ex-presidente da Central Sindical Única de Trabajadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e líder do Movimento Indígena Pachakuti (MIP), Felipe Quispe.

Ao mesmo tempo, discutia-se no Congresso a aprovação da nova Lei de Hidrocarbonetos nos termos do resultado do referendo do ano anterior e aprovou-se, sob forte pressão popular e com a atuação parlamentar do MAS, uma versão diferente ao anteprojeto enviado pelo presidente, que em seguida recusou-se a sancioná-la. Novos protestos massivos exigindo a nacionalização do Gás seguiram-se ao longo do mês de maio e início de junho e Mesa renunciou de vez no dia 7 de junho. Diante de uma linha sucessória que contemplava o presidente do Senado, Hormando Vaca Díez (MIR), seguido pelo presidente da Câmara, Mario Cossío (MNR), ambos amplamente rejeitados pelo conjunto de movimentos sociais sublevados, os protestos seguiram contra a sucessão de ambos. O país permaneceu acéfalo até que em 9 de junho tanto Vaca Díez quanto Cossío renunciaram a assumir a presidência, entregue então ao presidente da Corte Suprema, Eduardo Rodríguez Veltzé, a quem caberia convocar eleições antecipadas para dezembro do mesmo ano. Convocadas as eleições, ganhou Evo Morales com inéditos quase 54% e obteve a maioria absoluta da Câmara de Deputados (73 deputados de 130) e a segunda maior bancada no Senado (12 senadores de 27), confirmando o MAS como o partido mais importante do país e, a essa altura, o único com real enraizamento em todo o território nacional (ver Tabela 3 e Tabela 4).

---

<sup>19</sup> O Estado boliviano, desde a independência e fundação da República, sempre foi marcado pelo extremo centralismo administrativo. Com a deficiente infraestrutura com que contava (e em grande medida ainda conta) o país, muitas regiões permaneceram durante muito tempo sob grande isolamento do resto do território, o que por um lado explica parte do recorrente drama boliviano de perda de territórios para os países vizinhos e por outro fez com que a bandeira de maior autonomia administrativa contasse sempre com importante respaldo popular em diversas regiões. Diante da ofensiva popular entre os anos 2000-2005, as elites regionais de Santa Cruz (departamento economicamente mais dinâmico do país), politicamente na defensiva, voltaram a se agrupar e recuperar terreno sob essa bandeira, culpando o centralismo do país por seu subdesenvolvimento e exigindo autonomia para os departamentos, no que ficou conhecido como Agenda de Janeiro (em contraposição à de Outubro já citada). Sobre o histórico das polêmicas sobre a autonomia e suas consequências, ver BARRAGÁN, 2008 e ROCA, 2008. Sobre como a autonomia se tornaria a principal bandeira de mobilização contra o governo Morales, ver CUNHA FILHO, no prelo e 2008.

**Tabela 3: Votação dos quatro primeiros colocados, Eleições 2005 (em % do eleitorado)**

	Por departamentos										
	Nacional	Chuquisaca	Cochabamba	La Paz	Oruro	Potosí	Santa Cruz	Tarija	Beni	Pando	
MAS	<b>53,74</b>	54,17	64,84	66,63	62,58	57,80	33,17	31,55	16,49	20,85	
PODEMOS	<b>28,54</b>	30,92	25,04	18,10	24,96	25,69	41,80	45,28	46,30	45,18	
UN	<b>7,79</b>	7,91	5,54	6,79	5,42	5,09	12,48	7,18	6,25	23,23	
MNR	<b>6,46</b>	4,30	2,46	2,54	3,91	5,68	11,58	14,02	30,12	10,00	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Corte Nacional Electoral.

**Tabela 4: Composição do Congresso, Eleições 2005**

Partidos	Deputados	Senadores
Movimento Ao Socialismo (MAS)	72	12
Poder Democrático Social (PODEMOS)	43	13
Unidade Nacional (UN)	8	1
Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)	7	1
<b>Total</b>	<b>130</b>	<b>27</b>

Fonte: Reproduzido de DEHEZA, 2007

## 2.2 Nacional-popular e indigenismo no governo Evo Morales

A chegada ao poder de Evo Morales foi, portanto, fruto de uma longa acumulação de descontentamento social que eclode em um primeiro momento na Guerra da Água de 2000 e em seguida, e de maneira mais ampla, na Guerra do Gás de 2003, levando à queda do período de democracia pactuada inaugurado em 1985 na presidência de Paz Estenssoro. Para além dos efeitos concretos das duas “guerras” (reversão da privatização da água de Cochabamba, renúncia do presidente Sánchez de Lozada etc.), o principal resultado foi a conformação de redes mais ou menos articuladas entre movimentos sociais de contestação diversos e antes atomizados e a consolidação de uma agenda política alternativa à vigente, posteriormente canalizada por via eleitoral através do MAS.

Essa agenda e essa rede de movimentos constituem a base do atual bloco histórico proto-hegemônico encabeçado pela presidência de Evo Morales e que se alimenta das memórias do nacional-popular e do indigenismo na construção dos horizontes dessa hegemonia. A palavra horizonte é aqui utilizada precisamente por sua ambiguidade semântica, pois como notam Hylton e Thomson (2007, p. 31), horizonte é não apenas uma projeção futura de expectativas e possibilidades, mas em arqueologia significa também as diversas camadas sobrepostas de terra e vestígios humanos cuja

escavação é o ofício dessa ciência. Esse duplo sentido, ao mesmo tempo uma projeção futura e uma acumulação de camadas do passado, torna a palavra horizonte perfeita para expressar a construção da hegemonia na medida em que esta é sempre simultaneamente uma projeção de objetivos futuros e um resgate de um passado trágico ou glorioso repleto de lutas inconclusas e mártires que tombaram pelo caminho.

É interessante notar como essa noção já se encontra arraigada no mundo andino através, por exemplo, do adágio aimará de *quip nayr uñtasis sartañani* (caminhar adiante olhando para trás) (ver HYLTON; THOMSON, 2007) e que até pareceria uma apropriação das teorias do filósofo alemão Walter Benjamin em suas teses *Sobre o Conceito de História* (apud. LÖWY, 2005) não fosse a impossibilidade prática desse contato entre Benjamin e o mundo andino. Qual o anjo da história benjaminiano, constantemente empurrado para o futuro com seus olhos voltados para o passado, os movimentos políticos bolivianos caminham para frente olhando para trás e reivindicando a memória de seus mártires e antecessores. Essa reivindicação da memória não tem apenas caráter simbólico, embora este seja sem dúvidas importante: a memória é muitas vezes resgatada também sob a forma de guia para a ação, oferecendo um anteprojeto do que fazer e que será repetido de forma consciente ou como ato reflexo diante de desafios vistos como semelhantes. Veja-se, por exemplo, como ao longo da democracia pactuada os movimentos políticos bolivianos seguiam valendo-se das estratégias de mobilização consagradas durante a Revolução (marchas, ocupação da Plaza Murillo<sup>20</sup> etc.) mesmo diante de seguidos fracassos e como o advento da vitória na Guerra do Água fez com que suas estratégias fossem deliberadamente copiadas durante a Guerra do Gás (vide a reprodução da forma de organização da Coordenadora, por exemplo).

Assim, na medida em que o governo Evo Morales se inaugura a partir desse novo horizonte – acumulação de experiências de mobilização social e projeção de uma hegemonia duradoura do novo bloco histórico –, encontramos nele o resgate da memória dos elementos do nacional-popular e do indigenismo que o gestaram e que se deixa entrever, por exemplo, nos exemplos invocados pelo presidente em seu discurso de posse (MORALES, 2007). Ao pedir um minuto de silêncio em honra de Manco Inca, Tupac Katari, Tupac Amaru, Zárata Willka e Atihuaiqui Tumpa e ao mesmo tempo para Andrés Ibáñez, Che Guevara, Marcelo Quiroga Santa Cruz e Luis Espinal, o recém

---

<sup>20</sup> Praça em La Paz localizada em frente ao Congresso e ao Palácio Quemado, sede do Poder Executivo.

inaugurado presidente Morales oferece um interessante testemunho da importância que as duas tradições terão na conformação de seu governo.

O próprio vice-presidente (e sociólogo) Álvaro García Linera testemunhava já em 2006 a importância que teriam ambos os elementos no governo que se iniciava ao tentar cunhar sob o conceito de “evismo” a fusão de nacional-popular e indigenismo do novo bloco histórico: segundo ele, o governo Morales seria um novo projeto baseado na construção da nação e tendo o indigenismo como elemento unificador (GARCÍA LINERA, 2006, pp. 27-8). Da mesma maneira, diversos dos inúmeros analistas (por exemplo, ANAYA GIORGIS, 2009; ARCHONDO, 2006; LASERNA, 2007; MAYORGA, 2006; STEFANONI, 2007a, 2007; STEFANONI; DO ALTO, 2006) a esboçarem algum tipo de caracterização do novo governo em seus momentos prévios e iniciais também ressaltavam a importância das questões nacional e indígena em sua configuração e desafios.

Mas esse resgate não pode, obviamente, sustentar-se apenas no plano discursivo e simbólico, tendo que apoiar-se em medidas concretas que lhe confirmem validade e importância. E de fato, o projeto político de Morales, primeiro sob a forma do programa de campanha e depois do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo, rendia tributo àquela acumulação de capital político resultante da confluência das duas tradições nos últimos anos sob a forma de projetos e feitos concretos. Em grande medida, o programa de campanha do MAS era uma reprodução da Agenda de Outubro, tendo como principais pontos as promessas de nacionalização do gás, de convocação da constituinte e da punição aos responsáveis pelo Outubro Negro.

Como já visto, a demanda contemporânea por uma Assembleia Constituinte começa a cristalizar-se como parte da agenda política contra-hegemônica a partir da Guerra da Água, mas aparece pela primeira vez durante a Marcha por Território e Dignidade empreendida pelos povos indígenas da Amazônia e terras baixas do oriente em 1991, o que a associa fortemente à agenda do indigenismo. A Marcha em si foi à época um evento extraordinário, visto que ao contrário dos aimarás e quéchuas do altiplano, os indígenas da Amazônia, Chaco e terras baixas destacavam-se até então por sua baixa politização. O ato marcou a erupção de um importante processo de organização política dos mesmos iniciado em meados dos anos 1980 e que resultaria na conformação de entidades como a Assembleia do Povo Guarani (APG), a Coordenadora dos Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), a Central de Povos Indígenas do Beni (CPIB) e a Central Indígena da Região Amazônica da Bolívia (CIRABO), entre outras,

que se congregam nacionalmente na Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e que representam hoje parte importante da base de apoio do MAS e de Evo Morales.

Uma das principais razões alegadas para a necessidade de uma constituinte era o chamado colonialismo interno, as discriminações e desigualdades entre brancos e indígenas – reais ou percebidas – na distribuição de renda, acesso a oportunidades de trabalho e educação e ao poder político e a falta de reconhecimento às culturas, idiomas e tradições dos povos originários. Em sua evolução política de demanda isolada de um setor até então pouco importante politicamente até o centro da agenda política nacional, a questão da constituinte passou a englobar mais que “apenas” o tema indígena, agregando também como temas fundamentais o retorno do Estado à economia, o aproveitamento e industrialização dos recursos naturais e a incorporação de mecanismos de democracia direta e de autogoverno e fiscalização pelos movimentos sociais. Isto passou a dar-lhe também um forte componente de nacional-popular além do indigenismo, mas a questão indígena seguiu sendo um de seus eixos principais, conforme atestado pela maneira como o tema seguiu sendo anunciado durante a campanha eleitoral e o governo Morales até sua inauguração efetiva em agosto de 2006: uma constituinte para refundar o país em bases pós-coloniais e plurinacionais.

Por mais idas e vindas que o tema tenha sofrido quando se tratava da apresentação das propostas concretas à constituinte pelo MAS e de sua forma de implementação efetiva (ver MAYORGA, 2007, 2009), é inegável o espaço central que a discussão sobre o reconhecimento dos direitos de autodeterminação dos povos indígenas – incluindo formas de autogoverno, justiça comunitária e autonomia – sempre ocupou, seja na defesa do projeto feita pelo governo, seja em seu ataque e denúncia feitos pela oposição antes, durante e depois dos trabalhos da Constituinte. Uma das principais críticas feitas pela oposição à nova Constituição Política do Estado ainda hoje se refere ao caráter plurinacional conferido ao Estado e a supostos privilégios concedidos aos indígenas e seus mecanismos de justiça comunitária e representação política por usos e costumes.

A outra grande bandeira do MAS a refletir a Agenda de Outubro, a nacionalização do gás, tem uma conotação óbvia de nacional-popular e traz ecos mais distantes das duas nacionalizações de hidrocarbonetos anteriores – em 1969 durante o governo do general Alfredo Ovando Candía e em 1937 sob a presidência do coronel David Toro. O ato de efetivação da terceira nacionalização do setor, simbolicamente

escolhido para o primeiro 1º de maio do governo, prestou o devido tributo à memória das Forças Armadas, responsáveis pelas duas nacionalizações anteriores, através de sua mobilização para determinar a logística da ocupação dos campos petrolíferos e sua execução efetiva. Embora responsáveis ao longo da história boliviana por ditaduras de triste recordação, repletas de violações aos direitos humanos, cerceamento a liberdades pessoais e coletivas e pouco vantajosas cessões de recursos a potências estrangeiras, as Forças Armadas também tiveram momentos luminosos e de extrema importância nos horizontes do nacional-popular e referências a nomes como os de Juan José Torres ou Germán Busch são frequentes nos discursos de Morales<sup>21</sup>. Além das Forças Armadas, outra referência simbólica importante ao nacional-popular do ato foi a Guerra do Chaco (1932-5), apontada pelos mais diversos autores (por exemplo, HYLTON; THOMSON, 2007; KLEIN, 1965, 1967, 2003; MALLOY, 1970; MESA GISBERT, 2006; MESA ET AL., 2008; ZAVALETA MERCADO, 1986) como um dos mais importantes momentos constitutivos da política boliviana no século XX e reverenciada no nome “Heróis do Chaco” conferido ao decreto nacionalizador.

Mas por mais que seja eminentemente uma medida associada ao nacional-popular, a nacionalização do gás já alcançou um nível tal de consenso na agenda política boliviana<sup>22</sup> que a mesma há muito já é defendida com tenacidade mesmo pelos elementos mais duros do indigenismo mais excludente, como Felipe Quispe, por exemplo. Como explica o sociólogo aimará, líder camponês e membro do MAS, Gualberto Choque (apud. ARCHONDO, 2006), quando as comunidades indígenas negociavam com os governos frequentemente eram advertidos de que o Estado boliviano não tinha recursos para atender às demandas, o que foi levando os dirigentes a orientar suas lutas para demandas capazes de dotar o Estado de capacidade material para atender às necessidades da população. É nesse processo que demandas próprias da

---

<sup>21</sup> Além do caráter simbólico de prestação de tributo à memória do nacional-popular como aglutinador do bloco histórico, convém não ignorar a sempre presente ameaça de golpe militar dos quais a história boliviana esteve repleta. Conforme relata Martín Spivak (2008, pp. 298-9), autor de uma importante biografia de Evo Morales fruto do acompanhamento de seu dia-a-dia durante os dois primeiros anos de presidência, a utilização dos militares na nacionalização foi feita deliberadamente com o objetivo de reacender nas Forças Armadas sua veia nacionalista e um sentimento de pertencimento ao processo de mudanças que afastasse possíveis antagonismos e conspirações golpistas.

<sup>22</sup> De fato, mesmo os setores da elite inicialmente contrários à medida hoje reconhecem que seus efeitos têm sido positivos ao país e a defendem, ainda que se possa especular sobre qual o real nível de adesão ideológica deles à medida. De qualquer maneira, dos candidatos de oposição a Morales para as eleições de dezembro de 2009, apenas um (Manfred Reyes Villa) falava abertamente em privatizar novamente o controle de algumas empresas estatizadas.

tradição do nacional-popular como a nacionalização de recursos naturais passam a ser apropriadas também pelo indigenismo.

Sobre a medida em si, tecnicamente não houve uma nacionalização de fato do setor de hidrocarbonetos já que empresas estrangeiras permanecem atuando de maneira significativa no setor. O decreto de “nacionalização”, na verdade, alterou as regras de propriedade dos recursos após a extração e a distribuição dos lucros entre empresas e Estado e aumentou a taxaço do setor. Aumentou significativamente o poder e controle do Estado no setor, embora tampouco tenha sido exatamente uma estatização já que diversas empresas privadas continuam operando na Bolívia. O decreto converteu às petroleiras privadas em prestadoras de serviço e determinou a conformação de empresas mistas entre a YPFB e demais companhias atuantes no país (ver CUNHA FILHO; DELGADO, 2009; GUIMARÃES; DOMINGUES, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007; MAYORGA, 2007; MIRANDA, 2008; STEFANONI, 2007). O fato de que a medida implementada tenha sido menos radical que as duas nacionalizações anteriores do setor e que as demandas de estatização completa da Guerra do Gás, entretanto, não causaram maiores problemas entre o governo e sua base de apoio: denúncias de que o governo teria traído a demanda original jamais encontraram muito eco no grosso da população e as mudanças promovidas no setor entraram efetivamente no vocabulário político do país como a prometida terceira nacionalização dos hidrocarbonetos, sendo responsáveis por boa parte da popularidade de Morales e do potencial hegemônico de seu bloco histórico (ver HYLTON; THOMSON, 2007; MAYORGA, 2007).

Mas mesmo a relativa moderação da medida não garantiram a tranquilidade em sua implementação. Internacionalmente (Brasil incluído), o governo Morales foi atacado pela medida por diversos órgãos de imprensa e as negociações com as empresas afetadas em torno das indenizações a serem pagas pela transferência das ações à YPFB estiveram marcadas por fortes tensões e levaram o governo em alguns casos a decidir-se por ações mais radicais que as inicialmente planejadas, como a estatização completa do controle acionário e a definição arbitrária dos valores a serem pagos pelas ações<sup>23</sup>.

Com a terceira grande demanda da Agenda de Outubro – a punição dos responsáveis pelas mortes na Guerra do Gás – dependendo em grande medida de fatores

---

<sup>23</sup> Foi o caso das subsidiárias Transredes (que controla a rede de dutos no país, incluído o que leva gás até o Brasil) e Chaco, em que o governo planejava obter o controle acionário de metade mais um da companhia, mas devido à resistência das controladoras internacionais em negociar optou por transferir a totalidade das ações privadas à estatal YPFB em novos decretos. Num âmbito não petrolífero, aconteceu o mesmo em torno das negociações para aquisição do controle acionário da telefônica ENTEL.

além do controle do governo (a atuação do Judiciário, a extradição do ex-presidente Sánchez de Lozada e alguns de seus ministros exilados em Miami etc.), uma terceira medida de grande impacto tomada por Morales ainda em seu primeiro ano de governo se refere à reforma agrária. Com a reestruturação do marco legal do setor aproximando-o de paradigmas comunitários de distribuição de terras a partir da Lei do Instituto Nacional de Reforma Agrária promulgada no fim de novembro de 2006, o governo aproximava-se, por um lado, de demandas do indigenismo ao mesmo tempo em que evocava memórias de um dos feitos mais notáveis da Revolução Nacional de 1952 (um dos momentos *par excellence* do nacional-popular). A nova lei estabelece a expropriação de terras por utilidade pública declarada em lei ou pelo não cumprimento da função econômico-social e determina sua distribuição prioritária sob a forma de terras coletivas e comunitárias. Essa forma de distribuição vai ao encontro dos interesses e demandas da base indigenista de apoio do MAS (CIDOB, CONAMAQ<sup>24</sup> etc.), mas o critério de expropriação por descumprimento da função econômico-social é um legado da constituinte de 1938 convocada por Germán Busch, principal nome do Socialismo Militar pós-Guerra do Chaco, e que estabeleceu pela primeira vez o direito à propriedade privada como “um direito derivado a ser garantido pelo Estado apenas na medida em que cumprisse uma ‘função social’” (KLEIN, 1967, p. 171). Isto ao mesmo tempo reconecta a política de reforma agrária de Morales ao nacional-popular e aponta raízes mais antigas da constituinte nessa tradição, já que, como mencionado, Busch é um dos principais nomes do nacional-popular boliviano e a breve experiência do Socialismo Militar (1936-39) capitaneada por ele e Toro foi um desdobramento direto da Guerra do Chaco e deixou um legado simbólico e concreto duradouro na política boliviana (KLEIN, 1965, 1967).

Essa forte associação entre nacional-popular e indigenismo nas políticas adotadas pelo governo Morales pode ser vista com bastante clareza em seu Plano Nacional de Desenvolvimento promulgado em 2007. Em geral, a própria natureza desse tipo de plano (para não mencionar a palavra “Nacional” de seu título) já evocaria associações ao nacional-popular, mas a maneira como o desenvolvimento nacional é

---

<sup>24</sup> Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qollasuyu, organização que congrega os povos indígenas do altiplano (aimarás e quéchuas) e promove a recuperação e reorganização de formas tradicionais de propriedade agrária – os *ayllus* e *markas* que dão nome à organização. O *ayllu* é uma forma de organização comunitária baseada na propriedade comum da terra remanescente do Império Inca. As *markas* são agrupamentos de *ayllus*.

tratado no plano demonstra o forte enraizamento da questão indígena nas ideias de construção da nação contidas no documento.

Para começar, o próprio título completo do plano - *Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-2011* – já evoca um importante preceito quéchuwa inscrito no preâmbulo da nova constituição como norte geral dos planos mais específicos. O Viver Bem (ou *Suma Qamaña*, em quéchuwa) “próprio das culturas originárias e indígenas da Bolívia” (MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p. 11) é o objetivo geral estabelecido pelo PND a ser perseguido através de ações em quatro eixos: direitos humanos básicos, inserção internacional soberana, alteração no padrão de desenvolvimento e democratização (CUNHA FILHO; SANTAELLA GONÇALVES, 2009).

Embora o eixo relativo à mudança do padrão de desenvolvimento, que inclui temas como industrialização, controle estatal sobre os recursos naturais e setores básicos da economia e infraestrutura, seja o mais extenso e detalhado do documento, é impossível entender o PND a partir de qualquer dos seus eixos tomados de maneira isolada devido à visão holística dada ao tema ao longo do Plano e ao alto grau de interpenetração entre os eixos. Mesmo ao tratar dos temas mais “economicistas”, o PND sempre mantém referência à geração de recursos para o desenvolvimento das “comunidades originárias indígenas-camponesas”<sup>25</sup>. Além disso, a seção do PND dedicada à democratização da institucionalidade boliviana ocupa um papel não menos central no texto e se relaciona diretamente com as demandas de autonomia indígena, justiça comunitária e formas tradicionais de autoridade que tão fortemente ligam a Assembleia Constituinte ao indigenismo no país.

A forte associação entre os dois elementos – nacional-popular e indigenismo – no governo Morales lhe confere importantes perspectivas de consolidação hegemônica de sua agenda política e do bloco histórico que a sustenta. Entretanto, isto não significa que não existam tensões entre as demandas e organizações representativas dos dois como, por exemplo, quando da discussão sobre as quotas de representação indígena na Lei Eleitoral Transitória (LET) que regerá as eleições de dezembro de 2009 e provocou

---

<sup>25</sup> Designação dada pelo PND aos povos indígenas bolivianos em geral. Aliás, o próprio nome utilizado já dá indícios de certa mescla entre nacional-popular e indigenismo ao não fazer diferença entre camponeses e indígenas, mas sim ressaltar ambas as identidades como complementares. Marca uma diferença importante tanto com relação à Revolução de 1952, que buscou submergir o indígena na identidade camponesa, quanto com correntes indigenistas como a de Felipe Quispe, que muitas vezes rejeita os traços não exclusivamente indígenas do campesinato boliviano.

fortes críticas ao governo por parte da CONAMAQ e CIDOB e levou a APG a ameaçar com desligar-se do MAS e apresentar candidatos próprios. De acordo com a nova constituição promulgada em janeiro, a LET deveria ser aprovada pelo Congresso em 60 dias após a promulgação constitucional e conter distritos eleitorais especiais de representação indígena cuja forma e quantidade a constituição não especifica. CONAMAQ e CIDOB pediam respectivamente a reserva de 24 e 18 cadeiras na Câmara para representantes indígenas, mas o projeto de lei enviado pelo governo estabelecia apenas 15 cadeiras indígenas e ao final a LET aprovada em abril reservava apenas 7. Ambas as entidades indígenas protestaram com vigor, mas foram persuadidas pelo governo a se manterem na base de apoio. O governo alegou que as mudanças haviam sido necessárias para conseguir aprovar a lei no Senado<sup>26</sup>, controlado pela oposição, e ressaltou o caráter transitório da norma, prometendo aumentar a quota indígena na lei definitiva a ser aprovada na próxima legislatura, em que preveem uma redução da oposição (sobre as projeções de domínio governista na próxima legislatura, ver ZUCCO JR, 2009). Outro foco de tensões tem sido a toma de minas por indígenas-camponeses alegando cumprir com as prerrogativas de autodeterminação comunitária estabelecidas pela nova constituição ou conflitos por terras entre cocaleiros e indígenas em Cochabamba.

Como já mencionado, essa não é a primeira vez que o nacional-popular e o indigenismo conseguem se associar em bloco histórico. Ocasões como o levantamento de Tupac Katari, a Guerra Federal de 1899 ou a Revolução de 1952 todas contaram com importantes componentes de ambas as tradições e é possível inferir que foi justamente essa coligação que pôde conferir aos três eventos citados grande parte de sua força transformadora e da perduração, de uma forma ou de outra, de seu legado ao longo do tempo. Mas também foram as tensões e desentendimentos entre ambas que levaram, em grande parte, ao colapso dos três. A deserção dos elementos *criollos* das tropas de Katari, a traição ao líder das tropas indígenas federalistas Zárate Willka ou o gradual abandono político aos camponeses na Bolívia pós-52 que levou à concretização do Pacto Militar Camponês (PMC) tão crucial ao golpe de Estado de René Barrientos são exemplos marcantes da dissolução do bloco histórico progressista após o fim da coligação entre indigenismo e nacional-popular. E na medida em que a memória de ambos os elementos traz horizontes não apenas de mártires, heróis e vitórias, mas

---

<sup>26</sup> O próprio presidente Morales viu-se obrigado a recorrer a uma greve de fome, que durou cinco dias, como forma de pressionar os senadores a aprovarem a lei.

também de traições, ressentimentos e desconfianças mútuas, convém analisar mais detalhadamente as raízes mais profundas de que se nutre o governo Morales e o atual bloco histórico que ele lidera, tema do capítulo seguinte.

### **3. A memória do nacional-popular e indigenismo em conjunturas críticas anteriores**

O governo de Evo Morales não foi um raio que caiu repentinamente de um céu azul. Como visto, sua vitória eleitoral em 2005 deve muito ao processo de rearticulação das organizações da “Bolívia plebeia” (GARCÍA LINERA, 2008a) acelerado pelos momentos de crise de 2000 (Guerra da Água), 2003 (Guerra do Gás) e 2005 (renúncia de Carlos Mesa). Mas se essa conjuntura que vai de 2000 a 2005 pode ser apontada como a raiz imediata da reestruturação política atualmente em curso na Bolívia, é preciso reconhecer que ela tem, na verdade, raízes muito mais profundas.

Como vimos, o governo de Evo Morales e a conjuntura política que lhe levou à presidência são tributários de elementos de duas importantíssimas tradições políticas bolivianas que remontam a mais de um século: o indigenismo e o nacional-popular. Frequentemente em conflito entre si ao longo da história de lutas populares boliviana, o fato de ambos os elementos se encontrarem atualmente coligados em um bloco histórico confere à conjuntura política atual muito de seu potencial de transformação e consolidação hegemônica. Entretanto, como ressaltam os historiadores Hylton e Thomson (2007), esta não é a primeira vez em que os dois elementos se associam. A insurreição conduzida por Tupac Katari e a Revolução de 1952 ambas tiveram forte associação entre indigenismo e nacional-popular e é justamente no desentendimento posterior entre os dois elementos a princípio coligados que residiu grande parte da explicação do colapso de ambas as experiências.

Por isso, a compreensão adequada do atual momento político boliviano requer a compreensão dos momentos semelhantes que lhe antecederam e que tornaram possível sua existência. A comparação entre o momento atual e seus momentos constitutivos (ver a respeito TAPIA, 2002; ZAVALA MERCADO, 1986) pode servir para entender melhor em quê o bloco histórico conduzido por Morales difere de experiências anteriores e em que medida poderá obter melhor sucesso que aquelas em sua consolidação hegemônica. Além disso, a comparação é importante porque ainda que tenham sido de alguma maneira derrotadas, as experiências passadas de insurgência ou de governos progressistas deixaram marcas profundas e um importante legado simbólico que segue influenciando através da memória o curso dos acontecimentos atuais.

A memória coletiva de eventos passados afeta o presente de diversas maneiras. Em um nível semiconsciente, os atores sociais tendem a buscar no passado exemplos de situações semelhantes que possam servir de guia imediato para a ação diante de incertezas trazidas pela conjuntura presente, em processo comparado por Marx no *18 Brumário* (1997 [1852]) ao estudante de uma língua estrangeira que a princípio recorre a sua língua nativa para em seguida traduzi-la ao novo idioma. Em um nível mais consciente e deliberado, a memória pode ser utilizada para resgatar do passado seus heróis e mártires e utilizá-los como catalisadores de lutas contemporâneas. Essa era para Walter Benjamin (ver HYLTON; THOMSON, 2007; LÖWY, 2005) a principal tarefa do historiador comprometido com a emancipação humana e vai ao encontro da noção aimará de *quip nayr uñtasis sartañani* (caminhar adiante olhando para trás), que carrega consigo certa noção milenarista (presente tanto na versão benjaminiana quanto na aimará) de que é necessário salvar o passado e redimi-lo no presente em nome da justiça. Assim é que movimentos políticos em busca de algum tipo de transformação social buscam sempre associar-se à memória de algum grande herói do passado em nome de quem se anuncia a luta atual. Os Sandinistas na Nicarágua, os Zapatistas em Chiapas, o Bolivarianismo de Hugo Chávez na Venezuela, a evocação de José Martí em Cuba ou de Farabundo Martí em El Salvador, todos são exemplos claros do fenômeno que se repete hoje na Bolívia quando o presidente Morales invoca os mártires indígenas e heróis nacionais bolivianos como justificativa do porquê da existência e dos objetivos de seu movimento político.

Em sua obra sobre as lutas indígenas camponesas entre 1900 e 1980, a historiadora aimará e uma das mais consagradas intelectuais do THOA, Silvia Rivera Cusicanqui (1987), fala da existência de uma memória longa relacionada à resistência indígena à colônia espanhola e à insurreição de Tupac Katari e de uma memória curta relacionada à Revolução de 1952. Segundo ela, o modo como em cada região da Bolívia a estrutura social colocava os indígenas mais expostos ao legado positivo da revolução (reforma agrária, fim do *pongueaje*<sup>27</sup> etc.) ou a suas frustrações (a persistência do racismo e as desigualdades no acesso a oportunidades econômicas e políticas) determinou qual das duas memórias exerceria maior influência sobre cada comunidade e, portanto, como elas iriam se inserir no modelo político criado após a revolução. Os aimarás do altiplano, mais urbanizados e onde persistiram com mais força formas de

---

<sup>27</sup> Trabalho doméstico gratuito que os indígenas eram obrigados a prestar aos grandes fazendeiros.

organização social e política pré-colombianas, estiveram mais expostos às frustrações da promessa de emancipação trazidas pela revolução que os quéchuas do vale de Cochabamba, o que explicaria o motivo da incidência maior sobre eles da memória longa e, portanto, das demandas associadas ao indigenismo. É por isso que surge aí, e não em outra região, o discurso de recuperação da identidade indígena subsumida no camponês pela revolução através do movimento conhecido como Katarismo<sup>28</sup>. Os indígenas camponeses do vale de Cochabamba, por sua vez, puderam sentir mais os efeitos positivos que os negativos da Revolução de 1952 e por isso estiveram mais expostos à memória de suas conquistas que de suas frustrações e, portanto, mais expostos ao poder de convocatória do nacional-popular.

A conjuntura de crise de 2000-2005, por sua vez, alimentou-se ao mesmo tempo das duas memórias e tradições – curta e longa, nacional-popular e indigenismo – e para alguns autores (por exemplo, SVAMPA, 2007) constitui-se já em referência sólida o suficiente para constituir-se na nova memória curta e transformar em média a memória da Revolução de 1952. É dessa forma que o atual processo político boliviano se alimenta principalmente dessa memória curta da mais recente experiência insurrecional da Bolívia (a Terceira Revolução Boliviana para DUNKERLEY, 2007 e HYLTON; THOMSON, 2007; o último ciclo de rebeliões para TAPIA, 2007), ao mesmo tempo em que esta é já um resgate das duas memórias anteriores, o que só vem a reforçar a importância da compreensão das raízes mais profundas de que se nutre o atual bloco histórico.

Assim, o objetivo deste capítulo é precisamente analisar os mais importantes momentos constitutivos do século XX boliviano, como se articulavam neles as memórias e projetos do nacional-popular e do indigenismo e como a conjuntura citada se compara ao atual momento. Pelo seu impacto e por sua relação com o momento contemporâneo, foram escolhidos para análise a crise de hegemonia pós-banzerato<sup>29</sup> a caminho da redemocratização (1978-80/82), os governos militares de Alfredo Ovando e Juan José Torres (1969-71), a Revolução de 1952, o governo militar de Gualberto Villarroel e a Guerra do Chaco e o Socialismo Militar (1932-35 e 1936-39). Os casos escolhidos serão tratados em ordem cronológica inversa (do mais recente ao mais

---

<sup>28</sup> A escolha de Tupac Katari para nomear o movimento é mais um exemplo do uso deliberado do resgate do passado como aglutinador das lutas do presente.

<sup>29</sup> Nome dado aos oito anos de ditadura de Hugo Bánzer Suárez (1971-78).

antigo) de modo que seja possível perceber, à medida que se retrocede no tempo, as raízes da conjuntura crítica recém analisada.

### 3.1 A crise hegemônica e as “massas em novembro”

O fim do banzerato deixou expostas as várias fissuras da estrutura de dominação política do “Estado de 1952”<sup>30</sup> e que culminaria na agônica crise hegemônica da frustrada tentativa de redemocratização dos anos 1978-80. O período ficou marcado pela extrema instabilidade institucional atestada pela realização de três eleições presidenciais, com “cinco presidentes assumindo o cargo (nenhum dos quais como resultado de vitória nas urnas), e... quatro ensaios [de golpes militares], um deles fracassado e os outros três bem-sucedidos” (DUNKERLEY, 1984, p. 249). A “democratização fracassada” (WHITEHEAD, 1986) concluiu com a “ditadura delinquente” (DUNKERLEY, 1984) do general Luis García Meza e as diversas juntas militares que lhe sucederam até, por fim, acatarem os resultados eleitorais de 1980 com dois anos de “atraso” e cederem a presidência a Hernán Siles Zuazo e a UDP<sup>31</sup> em 1982.

O mais importante de todo o período, entretanto, é a culminação do processo de reorganização autônoma camponesa sob o Katarismo que vinha se dando durante o banzerato, em especial após o fim efetivo do Pacto Militar-Camponês (PMC) com os massacres de Tolata e Epizana em 1974<sup>32</sup>. Como já mencionado, os aimarás do

---

<sup>30</sup> De uma maneira ou de outra, a estrutura institucional inaugurada em 1952 com a revolução baseada na negociação da dominação política nacional com subchefes locais/regionais através da distribuição de cargos e favores permaneceu durante todo o período dos governos militares que se seguiram à queda do MNR em 1964. Também os elementos simbólicos fundamentais da revolução permaneceram após a queda do MNR, com praticamente todos os golpes militares levados a cabo entre 1964 (Barrientos) e 1971 (Banzer) justificando-se retoricamente em nome da revolução. Assim, é possível falar em um “Estado de 1952” como o modelo político-intistucional prevalecente até 1978 e em profunda crise hegemônica daí em diante até ser desmontado em 1985, ironicamente, por um de seus principais artífices, Victor Paz Estenssoro.

<sup>31</sup> União Democrática Popular, coalizão eleitoral pela qual concorreu Siles Zuazo nas eleições de 1978, 1979 e 1980. Os partidos e grupos que a compunham variaram um pouco em cada eleição, mas em sua terceira tentativa, a UDP foi eleita composta oficialmente pelo Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda, Movimento da Esquerda Revolucionária, Partido Comunista Boliviano, Movimento Popular de Libertação Nacional, Partido Socialista e Vanguarda Operária e informalmente pela coalizão entre Partido Revolucionário da Esquerda Nacional, Movimento Revolucionário Tupac Katari, uma fração do Partido Operário Revolucionário (POR-Combate) e a Organização Socialista dos Trabalhadores, que havia inicialmente apresentado a candidatura de Juan Lechín, mas a retiraram para apoiar a UDP.

<sup>32</sup> Em 1974, protestos contra as medidas econômicas que acabavam ou reduziam o subsídio a vários gêneros alimentícios levaram a bloqueios pelos camponeses de Cochabamba, especialmente em Tolata e Epizana, de diversas estradas no departamento. Invocando o PMC, os camponeses exigiam a presença do presidente em pessoa para negociar tal como costumava ocorrer com Barrientos. Banzer, no entanto enviou tropas e tanques e ordenou abrir fogo. Silvia Rivera (1987) relata que quando os tanques chegaram, os camponeses puseram-se alegres pensando que o presidente vinha atender suas demandas e ficaram atônitos quando as tropas começaram a disparar. O “Massacre do Vale”, como os incidentes

altiplano, onde formas de organização comunitária pré-colombianas puderam sobreviver aos esforços de sindicalização rural “modernos” pós-52 e onde havia um maior contato com o mundo urbano, ressentiam-se mais da persistência do racismo e das desigualdades que a revolução supostamente eliminara. No início dos anos 1970, intelectuais e estudantes aimarás começaram um movimento político-cultural de resgate da identidade indígena oficialmente declarada subsumida na identidade camponesa, de fortalecimento dos idiomas originários e de independência frente ao Estado cujo documento fundacional seria o Manifesto de Tiwanaku de 1973 (disponível em HERNÁNDEZ; SALCITO, 2007, pp. 237-244). Com o colapso do PMC, a influência do Katarismo pode se irradiar também a outros indígenas não aimarás e as organizações camponesas oficiais começaram a ser disputadas por novas gerações de líderes independentes da cooptação estatal. Diante de insucessos na tentativa de recuperar tais organizações do controle pelo Estado, os camponeses passaram a se organizar em sindicatos paralelos que agregavam a sigla TK (por Tupac Katari) à nomenclatura existente, em uma situação que levaria finalmente à conformação da independente Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) em fins de junho de 1979 sob a liderança do katarista Genaro Flores (DUNKERLEY, 1984; RIVERA CUSICANQUI, 1987).

Durante a resistência ao golpe de Natusch Busch, em novembro de 1979, essa reorganização do campesinato permitiu a efetiva aliança pela primeira vez em muito tempo entre camponeses (organizados em torno da recém fundada CSUTCB) e trabalhadores (COB), superando – ao menos parcial e temporariamente – desconfianças mútuas de muitos anos.

Esses desentendimentos entre os dois setores explicam-se parcialmente pela absorção mecânica pelos sindicatos mineiros bolivianos de postulados do marxismo vulgar que relegavam o campesinato a um papel subordinado à “vanguarda operária” e lhe atribuíam características conservadoras inerentes por sua posse (propriedade privada) da terra, crença só agravada pela aliança dos camponeses com os militares sob o PMC. Além disso, as demandas étnicas e culturais de caráter indígena que vinham ganhando força, sobretudo entre os aimarás do altiplano, eram vistas pelos trabalhadores como resquícios pré-modernos e que ocultariam a identidade de classe vista como o elemento fundamental (ver GARCÍA LINERA, 2008a, pp. 373-392). Dessa maneira, o

---

ficaram conhecidos, são apontados como o fim definitivo do PMC. Além de Rivera, ver também DUNKERLEY, 1984 e SOTO, 1994.

fato de que em novembro de 1979 a CSUTCB tenha se somado ao chamado da COB por uma greve geral em resistência ao golpe de Natusch Busch mesmo frente à brutal repressão dos militares<sup>33</sup> e que os camponeses tenham comparecido em massa a esse chamado com o bloqueio de diversas estradas ao longo do país não pode jamais ser vista como um fato menor. De fato, a aliança que se deu entre “as massas em novembro” (ZAVALETA MERCADO, 1983) pode ser vista já como um embrião de bloco histórico de importante potencial que consegue nessa jornada de lutas o seu objetivo (reverter o golpe), mas que fracassará mais adiante por suas próprias fraquezas e contradições, ao não conseguir evitar o golpe de García Meza em 1980 e se esfacelar durante o governo de Siles Zuazo. E, no entanto, apesar desse fracasso temporário, abriu um importante precedente e deixou plantadas sementes que voltaram a germinar na atual conjuntura. Já em 1983, René Zavaleta profetizava que “se os trabalhadores saem um dia de seu isolamento corporativista será no desenvolvimento de uma proposta surgida do movimento camponês” (1983, pp. 11-12), assertiva cuja veracidade pode facilmente ser comprovada na política boliviana contemporânea.

Além disso, o próprio fato de que o chamado à resistência ao golpe tenha sido feito em nome da democracia representativa também tem importantes implicações históricas. Como é reconhecido por muitos intelectuais que estudam a Bolívia (por exemplo DUNKERLEY, 1984; WHITEHEAD, 1986; ZAVALETA MERCADO, 1983), o entendimento de “democracia” pela maioria dos bolivianos sempre esteve associado à Revolução de 1952, que teve como uma de suas principais conquistas a universalização do voto, mas também foi marcada (especialmente em seu início) por grandes mobilizações de massa e ações diretas. A “memória democrática” boliviana está fortemente associada a uma prática de “democracia popular direta”, onde os direitos e demandas são obtidos muito mais por ação coletiva direta que por representação parlamentar (DUNKERLEY, 1984, p. 251). Assim é que, por exemplo, na “memória da massa, Villarroel ou Torres foram mais legítimos (mais democráticos e representativos) que Barrientos<sup>34</sup> ou Hertzog, para não falar de Urriolagoitia e Peñaranda” (ZAVALETA MERCADO, 1983, p. 4) e muitos outros que lhes precederam ou antecederam.

---

<sup>33</sup> Nos apenas 16 dias em que esteve na presidência Alberto Natusch Busch, as forças armadas mataram e feriram mais pessoas que durante os sete anos da ditadura de Hugo Bánzer (ver DUNKERLEY, 1984; RIVERA CUSICANQUI, 1987; ZAVALETA MERCADO, 1983).

<sup>34</sup> Embora Barrientos, como Villarroel e Torres, tenha chegado à presidência por meio de golpe militar, em 1966 buscou legitimar seu regime por meio de eleições e da promulgação de uma constituição em 1967, medidas que visavam dar um verniz democrático mais ilusório que real, sem dúvidas, mas que

Ainda assim, as massas resistiram ao golpe de Natusch Busch, que era sobrinho de Germán Busch (mais um dos “ditadores democráticos” da memória nacional-popular boliviana) e anunciou em seu golpe que colaboraria “com o congresso e a COB... se comprometeu a respeitar os sindicatos e as liberdades democráticas, os direitos humanos e a autonomia universitária, não fez nenhum ataque imediato a estações de rádio ou escritórios de jornais e parecia estar engajado em um empreendimento modelado em Busch e Villarroel” (DUNKERLEY, 1984, p. 266). E resistiram a esse golpe com contornos iniciais de um tipo de regime que anteriormente teriam apoiado ou mesmo fomentado em nome da democracia.

A importância fundamental deste fato reside em que, nas palavras de René Zavaleta, a democracia representativa nesse momento “se incorpora a sua memória de massa” (ZAVALETA MERCADO, 1983, p. 10; ver também TAPIA, 2007). Isto terá um impacto transcendente no futuro do país e constitui-se em um elemento explicativo importante do porquê de insurreições como a Guerra do Gás de 2003 ou junho de 2005, em que as massas sublevadas detiveram o poder e o controle territorial *de facto* sobre boa parte do país, não terem terminado em revoluções “clássicas” com a quebra da institucionalidade e a tomada do poder. De fato, muitos dos que estudam a Bolívia contemporânea (ARCHONDO, 2006; HARNECKER; FUENTES, 2008; HYLTON; THOMSON, 2007; SIVAK, 2008; STEFANONI, 2007a, 2007; STEFANONI; DO ALTO, 2006) reconhecem o apego à democracia (agora entendida também em sua dimensão de regras institucionais) como uma das dimensões ideológicas chave do MAS e de Evo Morales e, por extensão, do horizonte do bloco histórico por eles atualmente capitaneado.

Uma última observação acerca do período que precisa ser feita a fim de compreender corretamente a conjuntura política atual e a influência que nela teve esse momento constitutivo refere-se à *débâcle* do governo da UDP (1982-85). Embora tenha contado formalmente com o apoio de amplos setores do movimento operário e camponês, novamente aliados como em 1979, a UDP esfacelou-se em pouquíssimo tempo diante da crise econômica herdada das políticas adotadas durante o banzerato e do caos do período de crise hegemônica e que o governo de Siles Zuazo não pode corrigir. O governo da UDP ficou marcado pela hiperinflação (8.767% ao ano em 1985) e pela explosão de demandas e protestos por parte dos sindicatos e organizações

---

Torres não teve qualquer preocupação em adotar a Villarroel apenas de maneira bastante limitada (Constituição de 1945 e “constitucionalização” do regime pelo Congresso).

populares formalmente aliadas do governo. Incapaz de corrigir os rumos da economia e atender às inúmeras demandas, e progressivamente abandonado pela maioria de seus aliados, Siles Zuazo abdicou de dois anos de seu mandato e convocou as eleições antecipadas de 1985.

A importância do fato reside em uma série de aspectos. O primeiro é que o retorno à presidência de Paz Estenssoro em 1985 inicia o desmantelamento do Estado de 1952 de que ele próprio tinha sido um dos principais artífices. As reformas neoliberais começaram a ser introduzidas na Bolívia pelo decreto 21.060 emitido em 29/08/1985 e confeccionado sob orientação do economista estadunidense Jeffrey Sachs e a reversão desse decreto (cujo número é no país um termo perfeitamente intercambiável por neoliberalismo no jargão político) foi uma das principais promessas de campanha de Evo Morales em 2005.

Um segundo ponto de fundamental importância é que a memória do descontrole econômico da UDP constitui-se, provavelmente, num dos principais fatores explicativos da moderação macroeconômica do governo de Morales (STEFANONI, 2007a, 2007). E finalmente, a memória da escalada de demandas por parte dos grupos sociais formalmente aliados à UDP é provavelmente um fator explicativo importante do enorme esforço realizado pelo governo para canalizar sempre as demandas dos movimentos sociais aliados por dentro do MAS e das vias institucionais, buscando sempre fechar caminhos mais autônomos de ação política, como na adoção em 2006 do sistema de eleição por partidos para a Assembleia Constituinte em detrimento da representação por grupos sociais como propunham então várias organizações populares (ver por exemplo CHÁVEZ; MOKRANI, 2007; TAPIA, 2008). De fato, autores como Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) que classificam o período de 2000-2005 como a terceira revolução boliviana apontam justamente a escolha desse sistema de representação na constituinte como o final da revolução, ao marcar o fechamento das (teoricamente) infinitas possibilidades de transformação abertas pela revolução, e sua consolidação em um determinado marco institucional no qual o MAS ocupa posição pivotal na aglutinação dos diversos componentes do bloco histórico.

### 3.2 Os governos de Ovando e Torres e a Assembleia Popular

Assim como o período 1978-85, também os anos de 1969-71 foram marcados por crise de hegemonia (embora, certamente, em intensidade bastante menor) e por um promissor reagrupamento do bloco histórico abortado prematuramente.

A morte do presidente René Barrientos<sup>35</sup> em um acidente aéreo em 1969 forçou o reagrupamento de forças no país e no interior das forças armadas. Embora inicialmente o governo tenha sido entregue ao civil Luis Adolfo Siles Salina, vice-presidente de Barrientos, poucos no país levavam a sério a possibilidade de que ele pudesse se consolidar na presidência<sup>36</sup>. Assim, não houve grande surpresa quando em fins de setembro do mesmo ano, o general Alfredo Ovando Candía anunciou a deposição de Siles Salina e o início de um novo governo das forças armadas com ele como presidente.

O que sim causou alguma surpresa foi que, ao contrário de Barrientos, quem presidira um governo que prescrevera a COB e os sindicatos mineiros, perseguira lideranças políticas de esquerda e promovera políticas de abertura econômica às transnacionais, Ovando (figura central no próprio golpe que levou Barrientos à presidência) promoveu uma guinada de rumo. Seu governo promoveu uma abertura política legalizando os sindicatos e anunciou uma importante reorientação na doutrina de segurança das forças armadas na qual o “inimigo interno” a ser combatido passava a ser a pobreza e o subdesenvolvimento. Ovando nacionalizou (sob orientação de seu ministro de Hidrocarbonetos, Marcelo Quiroga Santa Cruz) a transnacional Gulf Oil ainda em 1969, transferindo seus bens à estatal YPFB e revogou o Código Davenport de 1955, lei petroleira notória pelas amplas benesses concedidas ao capital estrangeiro.

Os efeitos da abertura política, entretanto, provaram-se ambíguos para o governo. A COB e os partidos de esquerda em geral não puderam superar a desconfiança em relação às forças armadas gerada durante o governo de Barrientos que, apesar de ter governado com mão dura e reprimindo o movimento operário, também tinha anunciado em seu início que assumia em nome da revolução nacional e fora apoiado em seu putsch por setores importantes do sindicalismo, incluindo o presidente da COB, Juan Lechín Oquendo. Assim, os sindicatos e partidos aproveitaram a abertura

---

<sup>35</sup> Barrientos comandara o golpe militar de 1964 que derrubou o governo do MNR e exercia a presidência desde então.

<sup>36</sup> Situação bastante semelhante à de Pedro Aleixo no Brasil quando da morte do presidente Costa e Silva, também em 1969, durante a ditadura militar.

para se reorganizarem, mas não se mobilizaram para apoiar o novo governo. Pelo contrário, anunciavam como objetivo a derrubada do regime e a instalação de um governo direto dos trabalhadores. Uma nova guerrilha foi inclusive organizada em 1970 na localidade de Teoponte com o objetivo declarado de vingar a morte de Che Guevara, três anos antes, e atingir postumamente os seus objetivos sendo, no entanto, igualmente dizimada pelo exército.

As movimentações da esquerda (e especialmente a guerrilha) serviram de catalisadores para o descontentamento de setores importantes das forças armadas, que julgavam que Ovando conduzia o país rumo ao caos e demasiado à esquerda. Na tentativa de apaziguar os setores descontentes, o governo chegou a afastar ministros como Marcelo Quiroga ou o comandante-em-chefe das forças armadas, Juan José Torres, vistos como demasiado radicais, mas as medidas foram insuficientes. Em outubro de 1970, um grupo de oficiais liderados pelo general Rogelio Miranda anunciou o desconhecimento do governo de Ovando. Este, por sua vez, conseguiu o apoio declarado de alguns importantes regimentos militares em Santa Cruz e Cochabamba e, no empate de forças que se seguiu, ambos concordaram em solucioná-lo com o apontamento de uma junta militar na qual nenhum deles participaria como o novo governo.

A COB, por sua vez, anunciou sua resistência à manobra e convocou a uma greve geral, ao mesmo tempo em que o ex-comandante das forças armadas, Juan José Torres, iniciara seu próprio movimento golpista aproveitando-se da confusão política do momento. Apoiado pelos mineiros, Torres conseguiu convencer a suficientes unidades militares e assumiu a presidência da Bolívia (ANDRADE, 1998; CAVALLA, s/d; DUNKERLEY, 1984; SIVAK, 1998).

Sua situação, entretanto, era extremamente instável. O apoio da COB a sua chegada ao poder não se traduziu em apoio orgânico ao novo governo. Torres chegou a oferecer um terço do seu ministério à COB, posteriormente aumentando a oferta para a metade dos cargos. A COB, entretanto, dividida entre entrar no governo e preservar a autonomia operária, aceitou os cargos desde que sob o comando de figuras de importância secundária no sindicalismo e que estariam sob controle direto da base, o que foi recusado por Torres. Embora houvesse anunciado que seu governo se guiava pelo objetivo de recuperar o controle soberano sobre a economia nacional em um modelo misto em que o capital transnacional devia ser fortemente controlado (DUNKERLEY, 1984; SIVAK, 1998), JJ (como era conhecido pelas iniciais de seu

nome) não tinha um programa detalhado do que fazer e agia muitas vezes guiado pela pressão popular ou em uma tentativa de se antecipar ao que a esquerda poderia demandar. Seu breve governo (07 de outubro de 1970 a 21 de agosto de 1971) esteve marcado pela proliferação de ações diretas conduzidas pela massa, como a ocupação do Centro Boliviano-Americano, tomadas de terras em Santa Cruz ou a depredação de sedes de jornais conservadores. O governo, por sua vez, reagia com medidas como aumento de salários para os mineiros, fixação de limites no salário do funcionalismo público, a nacionalização de minas privatizadas no período anterior (das quais a Mina Matilde, de propriedade estadunidense, foi a maior e mais importante) e a expulsão dos Corpos de Paz estadunidenses e da base de satélites de El Alto conhecida como “Guantanamo”.

Entretanto, o fato mais marcante de seu governo é certamente a instalação da Assembleia Popular (AP), uma espécie de parlamento auto-organizado pelos partidos e sindicatos de esquerda de forma independente do governo, mas com a aquiescência e o apoio tácito deste. A formação da AP foi uma resposta à tentativa de golpe liderada por Hugo Banzer em janeiro de 1971 e derrotada (mais uma vez) por meio da resistência da COB através de greve geral. Vencida a intentona, os movimentos populares liderados pela COB deliberaram que era hora de aprofundar a revolução em direção ao socialismo ou vê-la fracassar definitivamente, e conceberam a AP como um poder paralelo que repetiria a experiência dos soviets na Revolução Russa.

A AP foi composta por 132 delegados operários, 53 das classes médias, 23 camponeses e 13 representando partidos de esquerda (ANDRADE, 1998, p. 8) e funcionou entre 22 de junho e 2 de julho de 1971 na sede do poder legislativo. Após aprovar seus estatutos de funcionamento e arrogar-se a função de centralizar a luta anti-imperialista boliviana e coordenar a defesa militar com a formação de milícias populares em caso de tentativa de golpe, a AP declarou o fim de sua primeira sessão e estabeleceu um recesso até o dia 2 de setembro, quando deveria retomar as sessões. Entretanto, embora a AP tenha sido celebrada (por seus integrantes), temida (pela direita boliviana) ou reconhecida (pela imprensa internacional) como um soviete latino-americano e um elemento de poder dual na Bolívia, a verdade é que a dualidade de fato existiu apenas no nível da direção política ideológica. Ao contrário da Revolução de 1952, quando mineiros e camponeses indígenas receberam armas e constituíram milícias efetivas que podiam se converter em bases de poder alternativo, em 1971 as milícias já estavam em grande parte desarmadas e o governo de Torres (acima de tudo

um militar institucionalista que se negou até o último momento a uma confrontação fratricida entre as facções das forças armadas<sup>37</sup>) se negou a entregar-lhes armas. Sem meios efetivos para levar a cabo os objetivos a que se propunha, a AP não teve capacidade de resistir à nova tentativa de Banzer em 18 de agosto, mais bem preparada e consolidada no dia 21 após massacrar os que ousaram resistir ao golpe.

Iniciava-se assim o banzerato e se encerrava “um dos mais extraordinários governos da história da Bolívia” (KLEIN, 2003, p. 226) com a derrota política “mais severa da história da classe operária” (DUNKERLEY, 1984, p. 200) boliviana até então.

O período é significativo por alguns fatores. Além de o governo Torres ser sem sombra de dúvidas a experiência mais à esquerda por que passou a Bolívia até então, o modelo de representação por segmentos sociais e ocupação profissional adotado pela AP guarda muitas semelhanças com as propostas elaboradas pelos movimentos sociais contemporâneos para a Assembleia Constituinte rejeitado por Morales em favor da representação meramente partidária (ver CHÁVEZ; MOKRANI, 2007; HYLTON; THOMSON, 2007; TAPIA, 2008). Isto de certa maneira coloca a memória da AP como um dos precursores da demanda pela constituinte, ainda mais quando a Constituição de 2009 dela resultante traz em seu texto diversos mecanismos de participação popular direta e contrapoder dos movimentos sociais em algum sentido similares ao “poder paralelo” da AP (ver a respeito desses mecanismos PÉREZ FLORES ET AL., 2009). Além disso, refletiu também um início de aproximação entre operários e camponeses ao contar com a representação destes na Assembleia, apesar de que em clara sub-representação, refletindo ainda os preconceitos a respeito do papel de vanguarda imanente a ser exercida pelo proletariado.

É também nesse período que surgem referências importantes do MAS e de Evo Morales, como, além do próprio Torres, Marcelo Quiroga Santa Cruz, reverenciado tanto por seu papel na nacionalização da Gulf Oil em 1969 (a “Segunda Nacionalização”) quanto por suas tentativas posteriores de denunciar a corrupção do banzerato e iniciar um juízo ao ex-ditador<sup>38</sup>. E, por fim, é nesse período que se dá a última tentativa de reavivar efetivamente os objetivos iniciais da Revolução de 1952 de industrializar a economia e constituir um robusto capitalismo de Estado com o controle

---

<sup>37</sup> De fato, mesmo com relação a conspiradores como Hugo Banzer, Torres foi sempre muito brando com relação a punições e nunca purgou por completo as forças armadas daqueles que haviam colaborado com a tentativa de janeiro, o que viria a ter importantes consequências para o sucesso da nova tentativa de golpe em agosto.

<sup>38</sup> A proposta de lei anticorrupção de Morales é, por essa razão, intitulada “Lei Marcelo Quiroga Santa Cruz”.

dos setores básicos da economia, precisamente a meta perseguida pelo atual governo de Evo Morales (ver CUNHA FILHO; SANTAELLA GONÇALVES, 2009).

### **3.3 O legado de 1952**

A influência da memória da Revolução de 1952 no processo político boliviano atual é sem dúvidas importantíssima e ao mesmo tempo extremamente ambígua. Por um lado, há uma notável semelhança entre os objetivos político-econômicos perseguidos hoje pelo governo de Evo Morales, e mesmo antes dele nas propostas e demandas que viriam a se consolidar na Agenda de Outubro. Por outro, não há qualquer reivindicação do legado daqueles outrora tidos como os grandes líderes da revolução, Victor Paz Estenssoro, Hernán Siles Suazo e Juan Lechín Oquendo. De fato, mesmo o Mausoléu oficial da Revolução, em La Paz, sequer guarda os restos mortais desses que tão importante papel desempenharam no evento e seus desdobramentos (DUNKERLEY, 2007a, pp. 31 e 53, nota 75).

Uma das razões óbvias para o fato reside em que o MNR, partido dos três e que “presidiu” a revolução, teve ele mesmo um comportamento ambíguo em relação a ela. Como já mencionado, Paz Estenssoro foi o responsável pelo início do desmantelamento do Estado interventor criado pela revolução em seu último mandato presidencial em 1985 (ver GRINDLE, 2003 para detalhes sobre as políticas de reforma neoliberal introduzidas a partir de 85). Além disso, ele foi um dos principais articuladores civis do golpe militar de Hugo Banzer, que derrubou Torres e o último intento de concretizar os objetivos iniciais da revolução. Siles Zuazo, por sua vez, sempre fora visto como um dos representantes da ala direita do MNR e seu primeiro governo de 1956 a 1960 é frequentemente apontado como o zênite da reação termidoriana que marca o fim do radicalismo inicial da revolução e sua consolidação em termos mais conservadores. A experiência de sua segunda eleição com a UDP, anos mais tarde, relativizou um pouco essa imagem, mas o fracasso político-econômico de seu governo impediu uma reabilitação mais efetiva de sua imagem. Quanto a Juan Lechín, embora sua imagem no início do período pós-revolução fosse a de representante da ala esquerda MNRista, suas posições contraditórias em diversos momentos históricos importantes e marcadas por um radicalismo muito mais verbal do que efetivo fazem hoje da sua memória uma de participação subalterna dos trabalhadores às estruturas de poder e fracasso político. Além disso, o fato de que o MNR siga existindo enquanto partido e seu maior quadro

após a revolução tenha sido o hoje repudiado Gonzalo Sánchez de Lozada também conspiram para que a apropriação do que representou a revolução e de como seu legado deve ser reivindicado como farol de desdobramentos futuros tenha que ser feita de forma qualificada. Como bem coloca Pilar Domingo, a “realidade de expectativas não concretizadas e a experiência de políticas que alguns chamariam contrarrevolucionárias, paradoxalmente reforçadas mais sob regimes democráticos que nos períodos autoritários anteriores, têm atuado para minar ainda mais a significância de 1952” (2003, pp. 364-5)

Ainda assim, não há como negar que o processo político atual e a Revolução de 1952 têm, *mutatis mutandis*, paralelismos importantíssimos já apontados por diversos autores (por exemplo, DO ALTO, 2007; DUNKERLEY, 2007a; HYLTON; THOMSON, 2007; ROCHA, 2006; SVAMPA; STEFANONI, 2007; ZANELLA ET AL., 2007). A Revolução de 1952 foi, afinal, um momento constitutivo cujas estruturas seguiram determinando em grande medida a forma de fazer política na Bolívia por muitos anos mesmo após a queda do MNR e representou o momento máximo do nacional-popular no país (TAPIA, 2002; ZAVALETA MERCADO, 1986), sendo impossível articular um projeto com algum contorno dessa tradição sem fazer referência (ainda que implícita) a esse acontecimento ou a suas consequências.

A revolução em si, se tratada como um evento, aconteceu em abril de 1952, quando após três dias de luta entre o exército e milícias do MNR, apoiadas por mineiros e camponeses armados, derrotaram o exército e colocaram na presidência a Victor Paz Estenssoro, vencedor das eleições do ano anterior anuladas pelo golpe militar de Hugo Ballivián. Tratada como um processo ou conjuntura, é possível argumentar que ela já havia iniciado bastante tempo antes (HYLTON; THOMSON, 2007) e que de alguma maneira terminou ao mesmo tempo antes do golpe militar de 1964 e depois dele (DUNKERLEY, 1984)<sup>39</sup>.

Mas para além da longa conjuntura de crises políticas e governos reformistas e reacionários que precedem a insurreição de abril de 1952, o que a caracteriza como uma Revolução e não um simples *putsch* como tantos outros da história boliviana<sup>40</sup> foi, primeiramente, o nível de participação popular (operária e indígena-camponesa)

---

<sup>39</sup> Em referência ao já mencionado governo de Siles Suazo (1956-60) e ao *revival* revolucionário dos também já mencionados governos de Ovando e Torres.

<sup>40</sup> O que, tudo indica, era de fato o plano inicial do MNR. Ver DUNKERLEY, 1984; KLEIN, 2003; WHITEHEAD, 2003.

envolvida<sup>41</sup> e em segundo lugar o alcance das medidas adotadas pelo novo governo revolucionário. A nacionalização das minas de estanho, a reforma agrária e a adoção do sufrágio universal decretados no primeiro governo de Paz Estenssoro (1952-56) tiveram efeitos transformadores que não devem ser minimizados, ainda que a vantagem de olhar em retrospectiva já sabendo dos insucessos futuros da revolução boliviana possa às vezes fazê-la parecer pálida em seu alcance frente às outras grandes revoluções do século XX.

As minas de estanho constituíam o núcleo central da economia boliviana de então e eram controladas por uma pequena oligarquia nucleada por Simón Patiño<sup>42</sup>, Carlos Aramayo e Mauricio Hochschild e conhecida popularmente como *La Rosca*<sup>43</sup>. Controlar e diminuir o poder político da *rosca* tinha sido já, sem sucesso, parte importante da agenda política de Gualberto Villarroel e do socialismo militar de Toro e Busch, de modo que a concretização do feito apenas seis meses após a revolução (outubro de 1952) não é um acontecimento menor.

A reforma agrária concretizada em 1953 foi “uma das mais abrangentes iniciativas de distribuição de terras conduzidas na região” (GRAY MOLINA, 2003, p. 349) e aboliu efetivamente o latifúndio e as práticas de *pongueaje* no altiplano ocidental e nos vales de Cochabamba<sup>44</sup>, garantindo a posse da terra e inclusive permitindo a restauração de algumas comunidades indígenas.

E a concessão do sufrágio universal, embora provavelmente tenha sido implementada com o objetivo nada altruísta de garantir a futura hegemonia eleitoral do MNR com a incorporação das massas favorecidas por suas reformas, era então algo inédito na região. Cabe recordar que o Brasil, por exemplo, somente após a Constituição de 1988 reconheceria o voto de analfabetos. O fato de que as eleições conduzidas durante o regime do MNR (1956, 1960 e 1964) não tenham sido completamente limpas<sup>45</sup> e de que seu governo tenha sido seguido por um longo período de ditaduras que se estenderia até 1982 obscurece um pouco a importância do feito, mas os

---

<sup>41</sup> Tanto na participação e definição do levantamento através das milícias populares, quanto na pressão organizada e ações diretas espontâneas que definiriam o curso posterior do governo pós-revolucionário, especialmente em seus primeiros anos.

<sup>42</sup> Simón Patiño chegou a ser um dos homens mais ricos do mundo em sua época e conta-se que teria sido a inspiração para o personagem Tio Patinhas, de Walt Disney.

<sup>43</sup> Por fazer o país girar em torno desse pequeno eixo oligárquico.

<sup>44</sup> Embora, é verdade, o oriente do país tenha permanecido praticamente intocado pela redistribuição de terras e a formação de grandes latifúndios capitalistas tenha sido de fato incentivada pelo governo do MNR (e subsequentes).

<sup>45</sup> Há diversos registros de pequenas fraudes, manipulações, intimidações etc. Ver DUNKERLEY, 2007, pp. 58-62.

precedentes para a consolidação da democracia eleitoral como fundadora da legitimidade dos governos radica sem dúvidas nesse período. O sufrágio universal instituído em julho de 1952 estabelecia um critério de igualdade entre todos os bolivianos através da cidadania, que se sem dúvidas era muito mais formal do que real graças às enormes desigualdades sociais que persistiam após a revolução, “há que se convir que a igualdade sempre começa por sua forma. A forma igualdade precede a condição igualdade” (ZAVALETA MERCADO, 1983, p. 4) e fornece muitas vezes uma espécie de pré-condição para demandas por igualdade efetiva. A abolição da “barreira mental” que separava, muitas vezes por autoexclusão, os indígenas camponeses analfabetos do resto dos cidadãos “de bem” não deve ser subestimada como condição de possibilidade para os movimentos mais autônomos e radicais dessas massas posteriormente.

E, no entanto, radicais como foram para o contexto local e regional da época essas três medidas, todas foram implementadas nos primeiros dois anos após o triunfo da revolução e já 1955 começa a marcar o seu termidor com a aprovação do Código Davenport, legislação petroleira que estabelecia condições extremamente vantajosas ao capital estrangeiro e garantiu, na prática, o domínio do setor pela estadunidense Gulf Oil até sua nacionalização por Ovando em 1969. Esse radicalismo inicial, tão rapidamente contido e revertido, pode ser explicado por uma série de fatores. Em primeiro lugar, há que recordar que a situação política boliviana após o sucesso da insurreição manteve-se ainda bastante instável, o que impossibilitava qualquer afirmação de que o MNR estava ali para ficar. O partido já havia participado do governo reformista de Gualberto Villarroel (1943-46) e seu aborto trágico e prematuro antes de consolidar mudanças mais duradouras pode ter deixado nos MNRistas um sentido de urgência na implementação de seu programa de reformas (WHITEHEAD, 2003).

Além disso, e talvez mais importante, convém não esquecer que uma vez que o *putsch* se converteu em Revolução, trabalhadores e camponeses permaneceram extremamente mobilizados e armados, exercendo um efeito “‘correlação de forças’ no mais literal dos sentidos” (WHITEHEAD, 2003, p. 30). A pressão que exerceu a COB pela nacionalização das minas de estanho não pode ser ignorada como fator crucial para a rapidez com que foi aplicada a medida. E com relação à reforma agrária o fator pressão popular é ainda mais evidente, já que o decreto de reforma agrária de 1953 foi, em grande medida, muito mais a legalização *ex post* de um fato consumado que o início de uma reforma social a partir de mudança no marco legal. Camponeses e comunidades

indígenas, insuflados por todo o processo de ideologização e mobilização política pré-revolucionário e pelas promessas pós-revolucionárias de reforma agrária começaram a ocupar e repartir terras de maneira autônoma e antecipada a qualquer decisão do governo de Paz Estenssoro (DUNKERLEY, 1984; RIVERA CUSICANQUI, 1987).

A reversão do ímpeto radical inicial, por sua vez, pode ser entendida como uma reação por parte de um partido cujo programa original de reformas era na verdade muito mais limitado que as efetivamente levadas a cabo e que busca assim flanquear a seus aliados táticos mais radicais. Embora o MNR tivesse o comando ideológico da revolução, a COB armada controlava grande parte do poder material de fato e suas demandas cada vez mais radicais eram uma ameaça à consolidação do regime político idealizado pelo partido e suas lideranças. Assim é que o exército derrotado e quase extinto pela revolução é reorganizado para devolver ao Estado o controle sobre a violência legítima e desarmar gradualmente as milícias. Além disso, a situação econômica delicada do país e o controle quase absoluto dos EUA sob o mercado do praticamente único produto boliviano com inserção internacional – o estanho nacionalizado – obrigaram o governo a se aproximar do governo estadunidense em busca de tutela e ajuda econômica em troca de medidas como o já citado Código Davenport.

Mas é a reestruturação do exército (executada com o apoio e orientação estadunidense) que teria as consequências mais duradouras, posto que permitiu ao Estado a própria margem de manobras necessária frente à COB para a implementação das políticas de estabilização monetária e abertura ao capital estrangeiro. A utilização do exército nos chamados programas de ação social (construção de estradas, pontes, escolas rurais) também permitiu a aproximação do Estado com as comunidades rurais e a cooptação dos sindicatos e milícias camponesas que mais tarde viria a selar a própria sorte do regime político do MNR, com o golpe de Estado do general René Barrientos em 1964 e a consolidação do PMC (RIVERA CUSICANQUI, 1987; SOTO, 1994).

Mas mesmo antes do golpe militar, a utilização do exército para aproximação com e cooptação dos camponeses já servira para separar os sindicatos rurais da órbita da COB e mobilizá-los contra o movimento operário, acusado pelo governo de querer desestabilizar a revolução que tantos ganhos lhes havia trazido e estar sob o comando da infiltração do comunismo internacional. O efeito dessa cunha inserida entre os trabalhadores e os camponeses, como visto, gerou desconfianças mútuas que levariam

muitos anos para ser superadas e permitir a reaglutinação de ambos os setores em um projeto político comum.

Por mais incompleta que tenha sido a revolução (MALLOY, 1970), sua importância na política boliviana subsequente não pode ser enfatizada o suficiente. Como visto, o “Estado de 52” persistiu, com maiores ou menores alterações, pelo menos até 1985. Além disso, a revolução permitiu a maior expansão do alcance estatal já vista na Bolívia até então (DOMINGO, 2003). Apesar de ter mantido a lógica *abigarrada* de superposição de estruturas de poder e lógicas societárias distintas e, por vezes, conflitantes (GRAY MOLINA, 2003), a revolução conseguiu em grande medida avançar num sentimento comum de “nação”. O fato de que mesmo com o surgimento posterior do Katarismo e sua negação da “campesinização” da identidade indígena avançada pela revolução, tenha prevalecido a versão katarista mais afim ao nacional-popular atesta esse sucesso parcial de 52. E de qualquer maneira, a importância de um fenômeno social reside não apenas em seus desdobramentos intencionais, mas também em seus efeitos inesperados e não há dúvida de que o resgate katarista, hoje de inegável importância, foi uma reação provocada pela tentativa de subsunção completa do indigenismo no nacional-popular estabelecida como política de Estado pelo MNR e governos militares subsequentes (e aceita com facilidade também pela esquerda partidária e sindical).

E por último, é na própria natureza “incompleta” da revolução que talvez resida sua maior importância, pois como considerava Zavaleta e antes dele, e sem jamais ter sido por ele citado, Walter Benjamin, projetos de emancipação social e lutas que são vencidos ou fracassam em se concretizar “continuam latentes e suscetíveis de serem reacendidos” (TAPIA, 2002, p. 31; a esse respeito, ver também LÖWY, 2005). É justamente isso o que permite a emergência do atual bloco histórico encabeçado pelo governo de Evo Morales com objetivos e atores em grande medida tão semelhantes aos de 1952.

### **3.4 Gualberto Villarroel e o Primeiro Congresso Indígena**

Mas a própria Revolução de 52 já havia sido ensaiada em seu formato originalmente planejado de *putsch* reformista sob o governo do major Gualberto

Villarroel, que como citado contou com a participação ativa do MNR<sup>46</sup>. Após o “Massacre de Catavi”<sup>47</sup>, o governo do general Enrique Peñaranda passou a ser extremamente criticado pelo movimento sindical e pela oposição parlamentar do MNR<sup>48</sup>, ficando extremamente debilitado e politicamente vulnerável. Em 1943, um golpe articulado entre o MNR e a organização militar secreta Razão da Pátria (RADEPA), que reivindicava o legado nacionalista de Germán Busch, derrocou a Peñaranda e iniciou o governo de Villarroel.

As reformas efetivamente levadas a cabo pelo governo foram bastante tímidas e seus objetivos eram bastante contraditórios, destacando-se apenas a construção de oleodutos e da primeira refinaria boliviana (que hoje leva seu nome), aumento de impostos sobre a mineração e a convocação de uma constituinte que reafirmaria as conquistas do socialismo militar dos anos 1930. O MNR ainda possuía então marcados traços filofascistas (como evidenciado no antissemitismo de seu primeiro documento programático de 1942) amplamente compartilhados com a RADEPA. No contexto da época (II Guerra Mundial), esse tipo de características suscitou o não reconhecimento do governo durante vários meses pela maioria dos países latino-americanos<sup>49</sup> e pelos EUA (revertido no caso desse último após seis meses de forte ofensiva diplomática boliviana) e o antagonismo do principal partido de esquerda da época, o estalinista Partido da Esquerda Revolucionária (PIR, precursor do Partido Comunista Boliviano)<sup>50</sup>.

O principal feito do governo Villarroel, aquele que mais importantes consequências deixaria (muitas delas não antecipadas ou desejadas pelo governo), foi a convocação do Primeiro Congresso Indígena em 1945. Cerca de 1500 representantes de várias etnias das mais diversas regiões do país participaram do Congresso, que foi uma resposta às agitações rurais no início do governo e uma tentativa de se antecipar à organização autônoma desse fórum de debates que já vinha sendo preparado por alguns líderes indígenas (GOTKOWITZ, 2003). Embora os resultados oficiais do Congresso tenham sido relativamente limitados – fim do *pongueaje* e da proibição da circulação de

---

<sup>46</sup> Victor Paz Estenssoro chegou a ocupar o ministério da Fazenda e Estatística entre 1943 e 1945 durante o governo de Villarroel.

<sup>47</sup> Para conter a greve de 14 de dezembro de 1942 no complexo mineiro de Catavi-Siglo XX, o governo de Peñaranda ordenou o envio de tropas militares que, em 21 de dezembro, após alguns dias de tensão, dispararam contra uma manifestação dos trabalhadores, provocando mais de vinte mortos e cinquenta feridos. Ver MESA ET AL., 2008, pp. 477-8.

<sup>48</sup> As denúncias do massacre por Victor Paz Estenssoro, inclusive, lhe valeriam anos mais tarde boa parte da confiança e adesão dos trabalhadores ao partido.

<sup>49</sup> Destes, apenas a Argentina reconheceu o novo governo desde o início (LORINI, 2006, p. 154).

<sup>50</sup> O PIR alinhava-se fortemente com Moscou, que então já havia sofrido a tentativa de invasão nazista que romperia o Pacto Molotov-Ribentrop e se encontrava em guerra com a Alemanha e o Eixo.

indígenas por certas áreas das cidades, exigência do estabelecimento de escolas nas propriedades rurais e a promessa de elaboração de um código trabalhista agrário; não se tocou no tema do acesso à terra no documento oficial – o simples fato de que era a primeira vez que os índios eram tratados como sujeitos políticos e interlocutores válidos já lhe conferiu magnitude transcendente (e valeu ao governo intensas críticas por parte da oposição). Como afirma Silvia Rivera, o “impacto ideológico do conclave indígena, realizado na sede de governo e na presença de suas mais altas autoridades foi, talvez, mais importante que qualquer das medidas adotadas” (1987, p. 50).

O fato de que Villarroel seria derrubado já no ano seguinte e que os governos conservadores que lhe sucederam não tenham buscado aplicar de fato as resoluções do Congresso Indígena não lhe diminuem a significância. Pelo contrário, atestam sua relevância. Os representantes indígenas que participaram do Congresso e regressavam a suas regiões e comunidades espalhavam o relato das conquistas concedidas por Villarroel. Embora não as tenha implementado, o governo conservador de Enrique Hertzog tampouco as revogara e logo dezenas de protestos, greves, ocupações de terras e petições legais embasadas nos decretos de Villarroel (ou no que os indígenas acreditavam que eles continham<sup>51</sup>) começaram a se espalhar pelas zonas rurais do país no que ficou conhecido como o ciclo de rebeliões indígenas de 1947 (GOTKOWITZ, 2003; HYLTON; THOMSON, 2007). As rebeliões foram sufocadas e muitos de seus líderes foram presos, mas um efeito colateral dessa repressão é que, na prisão, líderes indígenas viriam a entrar em contato com militantes do MNR presos após a tentativa de insurreição fracassada de 1949, originando as primeiras “células agrárias” do partido e que teriam importante influência na revolução em 1952 (GOTKOWITZ, 2003).

De qualquer forma, é impossível não notar a extrema semelhança de táticas e objetivos entre o ciclo de 1947 e as tomadas de terras que se seguiram à Revolução de 1952 e conduziram à promulgação do decreto de reforma agrária do governo do MNR. E também com rebeliões indígenas anteriores, como as de Pacajes em 1914, Jesús de Machaca em 1921 ou o ciclo de rebeliões de Achacachi entre 1920 e 1931 (RIVERA

---

<sup>51</sup> Como citado, as resoluções do Congresso Indígena apenas aboliam o *pongueaje* e a restrição à livre circulação de indígenas nas cidades, mas à revelia do governo, que tentara desde o início pautar a agenda de discussões, o tema do acesso à terra chegou a ser discutido, embora não tenha sido incorporado nas resoluções legais adotadas. Entretanto, muitos dos líderes indígenas acreditavam que os decretos de Villarroel continham autorizações à tomada de terras. Alguns, como os líderes da rebelião indígena em Ayopaya inclusive fizeram alusão a esses supostos decretos em sua defesa legal após a repressão ao movimento pelo presidente Hertzog. Ver GOTKOWITZ, 2003.

CUSICANQUI, 1987), atestando a importância das demandas de corte indigenista na história dos movimentos insurgentes bolivianos.

Apesar de suas contradições, a própria figura de Villarroel, após seu trágico destino<sup>52</sup>, ingressaria no rol de heróis e mitos da história boliviana de onde influenciaria com sua memória os acontecimentos futuros (KLEIN, 2003, p. 203), tanto pelo lado do nacional-popular, quanto do indigenismo. O MNR passou a invocá-lo como mais um mártir vítima de um movimento reacionário da *rosca* e do imperialismo a ser vingado pelo povo. E pela convocação do Congresso Indígena de 45, Silvia Rivera afirma que Villarroel segue lembrado pelos índios de algumas regiões da Bolívia como “uma espécie de Inca ressuscitado” (1987, p. 50). É possível inferir, inclusive, que a participação do PIR no movimento que derrocou a Villarroel tenha contribuído ainda mais para a já citada desconfiança entre indígenas camponeses e o movimento mineiro e partidos de esquerda, tendo sido capitalizada pelo exército na pregação anticomunista ao campesinato durante a formação do PMC, antes e durante o governo de Barrientos.

### **3.5 A Guerra do Chaco, o “encontro com a nação” e o Socialismo Militar de Toro e Busch**

Não há dúvidas de que a Guerra do Chaco (1932-35) marca um antes e um depois na história política contemporânea da Bolívia. O país entrou na guerra como “uma economia exportadora extremamente tradicional e subdesenvolvida e saiu do conflito com as mesmas características. Mas deixou de ser uma das sociedades menos mobilizadas da América Latina em termos de ideologia radical e organização sindical para ser uma das mais mobilizadas” (KLEIN, 2003, p. 177). Houve também uma significativa urbanização do país com muitos veteranos que, ao regressar da guerra, abandonavam a zona rural e migravam para as cidades.

A guerra, uma das mais sangrentas do continente no século XX, deflagrou-se pela arrogância do presidente boliviano, Daniel Salamanca, após conflitos de fronteira menores com o Paraguai que ele transformou em uma escalada militar completa com a crença de que poderia vencer facilmente o conflito e desviar a atenção da má situação econômica do país causada pela queda nos preços internacionais do estanho. O desastre

---

<sup>52</sup> O excesso de violência com que o governo e a RADEPA (que por vezes agia de maneira autônoma) lidavam com a oposição conservadora e a esquerda marxista (PIR) levou ambos a uma aliança na oposição a Villarroel. Esta culminou na eclosão, em 14 de julho de 1946, de uma revolta em La Paz que invadiu o Palácio Quemado e linchou o presidente e alguns ministros e assessores. Villarroel, já morto pela turba, foi jogado para fora do Palácio Quemado e pendurado em um poste da Praça Murillo.

subsequente que seria a guerra<sup>53</sup> abalou os pilares em que se baseava a excludente ordem social boliviana e iniciou o processo de fermentação política que em última instância conduziria o país à Revolução de 1952 (KLEIN, 2003). De fato, autores que como Forrest Hylton e Sinclair Thomson (2007) tratam a Revolução Boliviana como um processo/conjuntura mais do que como um evento apontam as turbulências sociais do pós-guerra como a abertura da conjuntura revolucionária que atingiria sua culminação em 1952.

Para René Zavaleta (1986), a Guerra do Chaco representou um “encontro com a nação” ao colocar em contato no fronte a bolivianos das mais diversas regiões e extratos sociais do país, proporcionando-lhes muitas vezes pela primeira vez uma noção de como era realmente a Bolívia. Indígenas, mestiços e brancos combateram lado a lado e regressariam da guerra com um sentimento comum de nação antes largamente inexistente e com ideais de justiça social e transformação política que teriam importantes consequências no horizonte do nacional-popular. Muitos dos líderes políticos mais significativos da Bolívia pelos próximos anos tinham lutado no Chaco, incluindo civis como Victor Paz Estenssoro, Hernán Siles Suazo, Juan Lechín e militares como Gualberto Villarroel, David Toro e Germán Busch.

Daniel Salamanca, o presidente que levara o país à guerra, foi deposto pelo exército antes mesmo do fim da mesma em 1934, mas a era moderna de participação política do exército começaria mesmo em 1936 com o início do experimento reformista que ficou conhecido como Socialismo Militar. Uma junta de jovens oficiais do exército descontentes com a desmoralização imposta à corporação pela corrupção do alto oficialato e com os rumos do país e tendo o herói de guerra Germán Busch<sup>54</sup> como seu principal líder anunciaram em 17 de maio que as forças armadas assumiriam o governo

---

<sup>53</sup> Mais de 65.000 bolivianos (de uma população total de cerca de 2.000.000) desertaram ou morreram em combate ou cativo. Uma proporção equivalente à dos países europeus na I Guerra Mundial de acordo com Herbert Klein (2003, pp. 182-3).

<sup>54</sup> Busch foi, possivelmente, um dos únicos verdadeiros heróis bolivianos na Guerra do Chaco. Sua liderança e competência militar foram decisivas para a vitória boliviana na Batalha de Villamontes, em 1935, que freou a ofensiva paraguaia e evitou perdas territoriais ainda maiores para a Bolívia. Sua atuação no fronte colocou-lhe como líder nato do grupo de jovens oficiais que voltou da guerra com ânsias de reformar o país, mesmo com sua reconhecida falta de sofisticação intelectual e política (ver KLEIN, 1965, 1967, 2003).

sob a presidência do coronel David Toro em coalizão com os socialistas de Baldívieso<sup>55</sup> e os republicano-socialistas de Saavedra<sup>56</sup>.

O objetivo anunciado foi o de “implantar o Socialismo de Estado com a ajuda dos partidos da esquerda” (David Toro, apud. KLEIN, 1965), mas os objetivos concretos desse socialismo eram incertos mesmo para seus líderes, envolvidos em uma espécie de romantismo voluntarista sem uma ideologia bem definida ou uma rota de caminho adequada. Tanto o governo de Toro quanto o de Busch, que lhe sucederia em um golpe dentro do golpe motivado pelo descontentamento das forças armadas pelo descompasso entre o desejo anunciado de mudanças e as mudanças efetivamente conquistadas, foram marcados por um extremo experimentalismo. E, no entanto, apesar de todas as suas contradições o período do Socialismo Militar foi um dos mais politicamente ricos do século XX boliviano e deixaria legados concretos e simbólicos dos mais importantes.

Ainda que a anunciada participação dos “partidos da esquerda” tenha sido afastada logo no início do governo Toro<sup>57</sup>, o período sentou as bases para a formação dos principais partidos que formariam o sistema político boliviano até a Revolução e depois. Além disso, foi a primeira experiência parlamentar e de governo de líderes como Paz Estenssoro e Siles Zuazo e deixou como legados o primeiro código de leis trabalhistas boliviano, considerado bastante avançado para a época; a já citada Constituição de 1938, primeira constituição boliviana a considerar as funções sociais do Estado; e a primeira nacionalização dos hidrocarbonetos em 1937 e a conformação da estatal YPFB.

Levada a cabo por Toro, a confiscação dos bens da Standard Oil foi a primeira nacionalização petrolífera da América Latina, antecipando-se à mexicana em um ano e à brasileira em dezesseis anos. O presidente resolveu um antigo litígio do Estado com a empresa aproveitando-se de provas de contrabando de combustível pela empresa para a Argentina durante a Guerra do Chaco para decretar a confiscação de seus bens, cláusula prevista no contrato para tal delito. A própria Guerra do Chaco, aliás, é até hoje vista por grande parte da população como tendo sido provocada por disputas entre a Standard

---

<sup>55</sup> Enrique Baldívieso foi o líder do Partido Socialista, partido reformista de classe média de curta existência onde primeiro militaram alguns dos principais líderes intelectuais do futuro MNR.

<sup>56</sup> Bautista Saavedra, ex-presidente da Bolívia (1921-25). Liderou uma das alas do Partido Republicano que astutamente batizou de Partido Republicano Socialista, ao qual daria algumas luzes reformistas na tentativa de cooptar o apoio dos nascentes sindicatos bolivianos.

<sup>57</sup> Busch, sempre a eminência parda do regime, ordenou a conformação de um governo exclusivamente militar devido ao seu descontentamento pelas brigas de poder dos civis.

Oil, estabelecida na Bolívia, e a Royal Dutch Shell, estabelecida no Paraguai, de modo que o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos teve amplo apoio popular. Ainda que as evidências apontem que, se bem o petróleo do Chaco teve alguma influência no desenrolar da guerra, seu início foi fruto das ações do próprio presidente boliviano, o fato de essa versão popular ser a que tenha perdurado influenciou significativamente o discurso nacionalista e anti-imperialista que moldaria nos seguintes anos as estruturas políticas do país, principalmente à esquerda, mas também à direita. A Guerra do Chaco entrou para a memória nacional boliviana como mais um exemplo de como o país seguia sendo espoliado pelos interesses internacionais.

A Constituição de 1938, promulgada após constituinte prometida por Toro, mas concretizada por Busch, também teve efeitos transcendentais à sua duração. Foi a primeira constituição a considerar a propriedade privada como um direito condicionado a sua função social, a reconhecer os direitos do trabalho e a garantir a propriedade do Estado sobre os recursos naturais do país (RODRÍGUEZ VELTZÉ, 2007) e durante os debates constituintes que lhe precederam foram ventiladas as demandas radicais (não adotadas) de controle sobre as minas e reforma agrária que seguiriam pautando a política nacional até a Revolução de 1952 (KLEIN, 1967) e após esta. O constitucionalismo social de 1938 e a limitação ao direito absoluto sobre a propriedade privada foi sem dúvidas um divisor de águas no país e, como já citado, foi esse legado que permitiu, por exemplo, a lei de reforma agrária do atual governo Morales.

E o primeiro código de leis do trabalho, popularmente conhecido como Código Busch, foi também considerado bastante avançado para a época e foi fruto do trabalho iniciado pelo primeiro ministro do Trabalho da história da Bolívia e nomeado no início do governo Toro, Waldo Alvarez. Um dos pioneiros do movimento sindical boliviano<sup>58</sup> e de longe um dos mais radicais ministros do governo Toro, Alvarez cercou-se de intelectuais marxistas como José Antonio Arce, um dos fundadores do PIR, e estabeleceu uma comissão para estudar a criação de leis trabalhistas que resistiria a sua demissão e à própria queda de Toro e conseguiria o seu objetivo.

O experimento do Socialismo Militar terminaria abruptamente em 1939, com o suicídio de Germán Busch e sua substituição pelo conservador general Carlos Quintanilla. De acordo como historiador Herbert Klein (1967), Busch nunca desenvolveu uma ideologia coerente para as mudanças revolucionárias que prometia e

---

<sup>58</sup> Fora o líder da primeira greve-geral boliviana em maio de 1936.

nunca compreendeu realmente as implicações entre economia e sociedade e as mudanças políticas que anunciava buscar. Ele as embasava em chamados ao patriotismo e à moralidade e se irritava frequentemente com a não concretização das medidas intencionadas. Sua imolação converteu-o em um dos principais mártires do nacional-popular boliviano, uma espécie de exemplo da resiliência da *Rosca* em preservar seus interesses mesmo frente a governos resolutos a enfrentá-la.

#### **4. Conclusão: Evo Morales, a revolução vestida de poncho?**

A confluência de elementos do indigenismo e do nacional-popular bolivianos no atual bloco histórico não é, como já mencionado, inédita. Mas, a maneira como têm se associado o resgate da memória das duas correntes no momento atual carrega consigo particularidades importantes.

O mais importante momento constitutivo da política boliviana foi, sem dúvida, a Revolução de 1952. Ainda que as mudanças por ela trazidas tenham sido em grande medida renegadas pelos mesmos atores que as capitanearam a partir de 1985, as transformações estruturais na Bolívia pós-revolucionária tiveram um caráter simbólico tanto quanto concreto que não pode ser tão facilmente desfeito mesmo com o desmonte do Estado interventor iniciado com o DS 21.060. A falta de hegemonia efetiva da direita neoliberal na Bolívia apontada por James Dunkerley (2007a, pp. 110-1) significa que mesmo com o sucesso das políticas de abertura econômica e privatização em desmontar o Estado de 52, sua memória continuou a pautar de alguma maneira os horizontes políticos do país. Como momento constitutivo, o Decreto Supremo 21.060 de 1985 tem uma natureza subordinada ao 11 de abril de 1952. Quando o fracasso das reformas neoliberais em trazer o crescimento econômico e o desenvolvimento prometidos começou a inviabilizar o novo modelo, foram em grande medida as demandas da agenda de 1952 que puderam reaglutinar a esquerda boliviana em torno de um novo bloco histórico proto-hegemônico.

Entretanto, ao contrário de 1952 quando a convocatória ideológica se centrava no nacionalismo-revolucionário da classe média aliado ao proletariado mineiro, na conjuntura 2000-2005, cumprindo a já citada profecia zavaletiana (1983, pp. 11-2) de que a ruptura do fechamento corporativo dos mineiros viria, se viesse, das mãos de uma proposta elaborada pelos camponeses, são os indígenas-camponeses os elementos centrais da convocatória ideológica (DO ALTO, 2007). Se bem é verdade que a participação camponesa teve importância significativa no triunfo da revolução, sua incorporação ao Estado de 1952 se deu de maneira tutelada e subordinada aos interesses urbanos. O indígena teve que se subsumir no camponês e se subordinava mesmo frente ao proletariado, muito menos numeroso e que, apesar da importância e força de pressão da COB nos primeiros anos da revolução, também ele tinha posição ideológica

subordinada à classe média na “frente ampla” que era o MNR<sup>59</sup>. Como bem analisado por Sinclair Thomson (2003), o legado de Tupac Katari como um herói protonacional e de sua insurreição como precursora da independência boliviana ou da Revolução Nacional de 1952 permaneceu largamente ignorado ou conscientemente evitado durante todo o século XX (revolução incluída) até sua “reabilitação” pelo Katarismo nos anos 1970-80. O fato de que o bloco histórico atual possa articular ao mesmo tempo a memória do “guerrilheiro Ernesto Che Guevara, [d]o caudilho aimará Tupac Katari e [d]o socialista boliviano Marcelo Quiroga Santa Cruz” (DO ALTO, 2007, p. 48) tem uma importância significativa para suas possibilidades de consolidação hegemônica.

É inegável que as principais ações do governo nesse primeiro mandato que finda em 2009 têm um forte caráter de nacional-popular e que seu projeto mais amplo parece retomar a principal tarefa inconclusa da revolução boliviana, a construção de um Estado sólido e eficiente ou, nas palavras do próprio Evo Morales (apud. SIVAK, 2008), um “Estado de verdade”. Mas como nos recorda Luis Tapia em sua análise sobre os ciclos de rebelião indígena e nacional-popular na Bolívia, “às vezes o nacional-popular penetra o comunitário aimará-quéchua, [e] às vezes este último penetra e se compõe com o nacional-popular” (TAPIA, 2007, p. 185) e é precisamente este o fenômeno que se desenrola no momento atual. Embora a nacionalização de recursos naturais seja uma medida claramente associada ao nacional-popular, sua demanda já está incorporada à agenda dos principais grupos e movimentos indígenas do país de maneira sólida pelo menos desde 2003. Embora a reforma agrária tenha sido instrumento em 1953 da campesinização das comunidades indígenas e sua tutela pelo Estado, o acesso à terra continua sendo um ponto central das demandas indígenas e o sistema de distribuição de terras via títulos comunitários presente na lei de reforma agrária de Morales permite, ao menos em teoria, sua articulação com a preservação de formas comunitárias de organização social.

É preciso recordar também que a Bolívia já é um país predominantemente urbano e que as identidades indígenas não são estanques e certamente encontram-se

---

<sup>59</sup> James Dunkerley reproduz um curioso trecho do diário de um líder sindical trotskista boliviano no qual este relata uma conversa que tivera com o lendário líder trotskista Guillermo Lora e lhe pergunta sobre se ele ocuparia a presidência no dia em que a revolução operário-camponesa finalmente triunfasse. A resposta de Lora de que não almejava ser presidente e que estaria satisfeito em poder abrir uma livraria lhe teria decepcionado de tal maneira que ele resolveu aderir ao MNR, único partido com real ambição de poder, e levou consigo vários outros dirigentes sindicais (2007, p. 250, nota 18). A anedota é ilustrativa da falta de resolução política do movimento mineiro boliviano no momento mais propício para uma revolução do tipo que seus líderes diziam aspirar e ajuda a entender o porquê de tantos militantes da COB terem julgado como melhor tática política o ingresso no MNR.

bastante modificadas em relação ao que foram antes da colônia, nos primeiros anos da república independente, nos primeiros anos do século XX ou mesmo no início da revolução. Embora a maioria da população se identifique com alguma das etnias indígenas, já nem todos desses falam algum idioma originário e as diferenças entre eles em termos de classe, renda, ocupação ou zona de residência (rural ou urbana) são grandes o suficiente para que não se possa tomar a identidade indígena como algo simples e com consequências políticas diretamente previsíveis.

Até mesmo porque os indivíduos normalmente possuem um conjunto de identidades (étnicas, de classe, regionais...) cuja interação e importância relativa atribuída por eles mesmos são o que em última instância determinam como elas vão influenciá-lo (REYLES ZAVALETA, 2008). A cidade de El Alto, na periferia metropolitana de La Paz, é um exemplo importante dessa complexidade, na medida em que é uma das quatro maiores cidades do país em termos de população, completamente urbana, mas onde a maioria da população se identifica como indígenas. Migrantes rurais quéchuas e principalmente aimarás formaram o núcleo original de habitantes da cidade e trouxeram consigo tradições e práticas culturais indígenas que, embora mantidas em grande medida, tiveram que adaptar-se ao novo ambiente. Essas adaptações e hibridações culturais são ainda mais marcantes nas gerações seguintes de filhos e netos dos althenos “originais”, ainda mais expostos que seus pais às influências identitárias de classe e da cultura “moderna” apesar de seguirem se declarando índios (PUENTE; LONGA, 2007).

O próprio Katarismo, em seu resgate da identidade indígena subsumida no camponês, manteve-se, em sua corrente majoritária, associado a reivindicações de classe e formas de organização política não tradicionais como os sindicatos rurais. Como já mencionado, o Katarismo foi o principal responsável pela organização da CSUTCB no final dos anos 1970, hoje uma das instituições políticas mais importantes do país e uma das principais bases de apoio de Morales. É possível imaginar que o discurso e as políticas de campesinização levadas a cabo pelos governos pós-revolucionários tenham, afinal, alcançado um resultado mais profundo do que a sua rejeição pelos kataristas e pelos atores indígenas contemporâneos fariam supor, levando o nacional-popular a penetrar no indigenismo e ser absorvido em muitos aspectos por este.

Essa poderia ser uma das razões pela qual as alas indigenistas mais duras como a de Luciano Tapia no final dos anos 70 e 80 ou a de Felipe Quispe contemporaneamente

nunca lograram maior inserção nacional. Seu indigenismo de retorno completo ao Qollasuyu e às formas tradicionais de organização política e social não consegue apelar a bolivianos que, a despeito de seguirem identificando-se como indígenas, possuem formas de vida marcadas por elementos “modernos” como vida urbana, empregos proletários etc. Além disso, seu discurso é, antes de ser indígena, aimará. É preciso não esquecer que o termo “indígena” esconde dentro dessa identidade mais geral uma miríade de diferenças culturais e étnicas entre guaranis, mojeños, quéchuas, aimarás e vários outros tratados muitas vezes como se fossem um bloco homogêneo, como se russos e ingleses, por exemplo, fossem a mesma coisa pelo fato de serem “brancos”. O discurso de Felipe Quispe, como o de Tapia antes dele, apela muitas vezes a valores e símbolos culturais aimarás que nem sempre encontram eco junto a outros grupos indígenas bolivianos e passa a impressão de que sua implementação poderia significar a troca da cultura hegemônica crioula por uma aimará, mas igualmente opressora em potencial dos demais grupos indígenas.

O indigenismo de Evo Morales, por outro lado, tem um potencial mais amplo que começa pelo próprio fato de ele ser um aimará cuja base eleitoral (o Chapare cochabambino) é predominantemente quéchua. Também o movimento cocaleiro onde Morales despontou para a vida política é, como já mencionado, uma mescla de elementos do nacional-popular e do indigenismo. Ao mesmo tempo em que o cultivo da folha de coca é defendido com base em apelos indigenistas a tradições milenares andinas e seu papel cerimonial místico-religioso, o movimento se organiza politicamente com base na larga tradição sindicalista mais próxima do nacional-popular e em seu enfrentamento às políticas de erradicação forçada da coca apelam a um forte discurso anti-imperialista e de defesa de valores nacionais. Essa hibridação e apelo a um horizonte mais abrangente que unicamente o universo aimará permitiu que o movimento cocaleiro, uma vez que ascendeu à liderança da CSUTCB, pudesse servir de pivô para a aproximação entre os indígenas do altiplano e aqueles das terras baixas congregados na CIDOB. O sucesso dessa aliança é atestado pela defesa igualmente vigorosa da folha de coca como símbolo cultural originário feito pelos indígenas das terras baixas orientais, onde ainda hoje o plantio de coca ou seu consumo são virtualmente inexistentes, salvo pelos imigrantes do altiplano ocidental.

Esse tipo de fenômeno indica a existência efetiva de um sentimento de “bolivianidade” mais além das demandas por autonomia política e cultural dos povos indígenas que tanto marcaram a luta por uma Assembleia Constituinte e que alguns

críticos à direita e à esquerda<sup>60</sup> tanto atacaram como destruidor dessa mesma “bolivianidade”, que para eles é necessariamente mestiça e se encontra ameaçada pelo reconhecimento das diferenças étnicas e culturais do país que vá além do já concedido na reforma constitucional de 1994<sup>61</sup>. A concessão da autonomia indígena na nova constituição promulgada em 2009 com o reconhecimento de formas de justiça e democracia comunitária e autogoverno baseado em usos e costumes (ver PÉREZ FLORES ET AL., 2009 para mais detalhes sobre os mecanismos de democracia comunitária) pode, na verdade, fortalecer o Estado boliviano em vez de enfraquecê-lo ao fornecer bases institucionais de articulação da abigarrada sociedade boliviana.

Como analisa George Gray Molina (2008), a construção do Estado na Bolívia não foi fruto de um processo linear de expansão territorial da soberania de um núcleo pré-existente, mas sim um processo de negociação de limites e fronteiras da legitimidade da ação estatal frente a soberanias locais constituídas. Desse processo descontínuo que vem desde a colônia espanhola, teria resultado um “Estado com furos”<sup>62</sup>, que são preenchidos por caudilhos locais, ONGs, comunidades indígenas, sindicatos etc. que exercem muitas vezes funções protoestatais e se constituem em verdadeiras instâncias locais de poder. Para Gray Molina, existiria na Bolívia um pluralismo institucional *de facto* como resultado desses “furos” e, portanto, o Estado boliviano não deveria “ser visto como incompleto ou desinstitucionalizado, mas sim como institucionalizado ao longo de diferentes lógicas. Em vez de constituir-se como um tipo puro de regime político – liberal, socialista ou comunitário – o Estado boliviano é um híbrido que se tornou um guarda-chuva nacional-popular” (2008, p. 113).

Apesar de reconhecer nesse processo algumas virtudes, como ter evitado maior violência<sup>63</sup>, a dissolução do país ou a conflagração de guerras civis, Gray Molina também reconhece seus problemas em casos que envolvam a necessidade de uma

---

<sup>60</sup> Pelo flanco esquerdo, destaca-se especialmente o primeiro ministro de Hidrocarbonetos do governo de Evo Morales, Andrés Soliz Rada, que frequentemente acusa o projeto de Estado Plurinacional impulsionado pela nova constituição como ameaça à integridade do país em frequentes artigos na imprensa.

<sup>61</sup> Promulgada em 12 de agosto de 1994, a reforma constitucional alterou o artigo 1º da constituição que passou a declarar o país como multiétnico e pluricultural. Não houve, no entanto, qualquer outro tipo de concessão aos povos indígenas, que só viriam em 1996 sob a forma do reconhecimento na chamada Lei INRA (por Instituto Nacional de Reforma Agrária) das Terras Comunitárias de Origem (TCO) como forma de propriedade coletiva de terras.

<sup>62</sup> “*State with holes*”, no original em inglês.

<sup>63</sup> De fato, mesmo em seus momentos mais violentos, como a Revolução de 1952 ou as “guerras” de 2000 e 2003, a Bolívia é notória por seus baixos índices de violência relativa se comparada a eventos semelhantes em outros países, como a Revolução Mexicana ou Sandinista, por exemplo. Ver DUNKERLEY, 2007; GRINDLE; DOMINGO, 2003; HYLTON; THOMSON, 2007.

soberania central mais consolidada e capaz de arbitrar conflitos entre instâncias locais, algo ainda bastante frágil na Bolívia e razão de diversos conflitos de interesses e competências que às vezes desbordam para o enfrentamento direto entre os grupos opostos<sup>64</sup>. O problema é que apesar de eficientes na solução de problemas dentro de sua circunscrição local, problemas que ultrapassem essas esferas menores e cruzem outras “soberanias” enfrentam a falta uma esfera pública superior de legitimidade reconhecida, de modo que qualquer arbitragem acaba vista como ilegítima e passível de novas contestações pelo lado “perdedor” (2008, p. 121).

O reconhecimento pela atual constituição desse pluralismo institucional efetivamente vigente com suas formas de legitimidade política de origem não liberal, da institucionalização dos mecanismos de democracia direta como formas de mediação política, bem como o estabelecimento de mecanismos de regulação e coordenação anteriormente inexistentes entre os “furos estatais”, poderia sentar as bases para a criação dessa esfera pública mais ampla capaz de dotar o Estado boliviano de uma funcionalidade menos “convulsiva”<sup>65</sup>. Certamente não há qualquer garantia de que a constitucionalização desses mecanismos levará necessariamente a uma estabilização política do país, mas dado o fracasso notório da hipocrisia constitucional de prescrever uma lógica única de funcionamento mesmo reconhecendo na prática a mescla de sistemas realmente existente no país, a tentativa não deixa de ser válida e possuir consideráveis chances de sucesso.

O fato de que a nova carta magna tem ainda menos de um ano de vigência e que necessita passar pela regulamentação de diversos pontos por meio de legislação infraconstitucional a ser elaborada e aprovada a partir de 2010 pela próxima legislatura impedem qualquer julgamento mais definitivo da questão. A legitimidade de que goza o atual governo por vários motivos (identificação étnica e/ou de classe com o presidente, nível inédito de votos obtido em 2005 e 2008, acordo com a agenda política implementada etc.) têm permitido até aqui um processamento mais ou menos normal dos conflitos políticos surgidos nos “furos estatais” dentro da peculiar lógica boliviana de combinação de política institucional com política de ruas (GRAY MOLINA, 2008).

---

<sup>64</sup> Importantes exemplos recentes dessa dinâmica foram o conflito com a polícia, em abril de 2007, de habitantes do município de Villamontes pela demarcação dos limites da província de Gran Chaco (Tarija) com a província O'Connor (Santa Cruz) e os confrontos entre mineiros cooperativados e assalariados pela exploração de jazidas de estanho em Huanuni em outubro de 2006.

<sup>65</sup> A realização de um referendo revogatório de mandatos em 2008, antes mesmo da constitucionalização do mecanismo (mais um exemplo do pragmatismo legal e do pluralismo institucional efetivo do país), por exemplo, teve importante papel na superação da grave crise política por que passava o país então. Ver CUNHA FILHO, 2008.

Resta, no entanto, saber como se daria a dinâmica no caso hipotético do retorno de um governo com menos legitimidade política.

Como já mencionado, a existência do MAS como um partido anti-sistêmico “imaculado” pelas práticas da democracia pactuada, ao mesmo tempo um elemento do poder constituído, mas inserido nas dinâmicas do poder constituinte insurgente (ver TAPIA, 2008), facilitou a canalização institucional de parte dos protestos que de outra maneira poderiam não ter se contentado com exigir novas eleições dado o nível de radicalização atingido entre 2003 e 2005. Mas um fato bastante curioso e em grande medida irônico é que um dos principais fatores a permitir a ascensão meteórica do MAS no sistema político boliviano foi precisamente a reforma política implementada no primeiro governo daquele que hoje é nêmeses da esquerda boliviana, Gonzalo Sánchez de Lozada.

Em primeiro lugar, a instituição do sistema distrital misto para a eleição do legislativo boliviano<sup>66</sup> permitiu o ingresso no parlamento de forças políticas cujo apelo era demasiado localizado territorialmente para conseguir ingressar por meio de voto proporcional nas listas nacionais ou departamentais. Foi através desse mecanismo que o próprio Evo Morales pode iniciar sua carreira parlamentar ao ser eleito deputado em 1997 por um dos distritos uninominais do Chapare, à época ainda pela coalizão Esquerda Unida (IU). Além de Morales, eleito com 97,3% dos votos de sua circunscrição<sup>67</sup>, foram eleitos outros três cocaleiros pelos demais distritos eleitorais do Chapare (HARNECKER; FUENTES, 2008, p. 123). O ingresso desses representantes da Federação de Cocaleiros do Trópico de Cochabamba ao parlamento serviu como um primeiro núcleo de apoio para a posterior fundação do MAS, que se veria fortalecido ademais pela outra reforma política fundamental de Sánchez de Lozada, a Lei de Participação Popular (LPP).

Inicialmente considerada um das “três leis malditas” de Sánchez de Lozada<sup>68</sup> por parte dos movimentos sociais e partidos de esquerda do país, a LPP institucionalizou a existência de 311 municípios com prefeitos eleitos e manejo autônomo de verbas e

---

<sup>66</sup> Metade dos deputados passou a ser eleita por lista proporcional e metade por voto em circunscrições territoriais de magnitude um chamadas no país de uninominais.

<sup>67</sup> Até hoje o recorde boliviano nesse tipo de eleição.

<sup>68</sup> As outras foram a Lei de Capitalização, que permitiu a privatização das principais empresas estatais do país, e a reforma educativa de 1994, que foi fortemente criticada pelos sindicatos de professores por instituir mecanismos de gestão baseados em produtividade. Ver GRINDLE, 2003.

facilitou a legalização de partidos políticos<sup>69</sup>, ao mesmo tempo em que estimulou sua criação ao tornar obrigatório concorrer sob a forma partidária aos novos cargos políticos locais criados. É necessário ter em conta que na *abigarrada* sociedade boliviana, com seus já comentados “furos estatais”, os sindicatos funcionavam muitas vezes como instâncias locais de poder e organismos paralelos de intermediação política, frequentemente em aberta concorrência com os próprios partidos. Essa dinâmica teve, provavelmente, seu momento mais claro nos anos de cogoverno COB/MNR dos primeiros anos pós-revolucionários, mas persistiu até o período contemporâneo de forma mais fragmentada. Com a aprovação da LPP, no entanto, a balança inclinou-se de vez a favor dos partidos como forma por excelência de intermediação política no nível local (GRAY MOLINA, 2003, p. 361), o que foi um dos motivos do rechaço inicial da LPP pelos movimentos sociais bolivianos por, nas palavras de Felipe Quispe (apud. GRAY MOLINA, 2003, p. 358), “introduzir o sistema político dentro do *ayllu*”, isto é, forçar as organizações locais a se organizarem de acordo com as regras do sistema.

As novas regras do jogo político fortaleceram ainda mais a decisão dos cocaleiros, já então ocupando posições de liderança na CSUTCB, de criar um instrumento político próprio que viria a se concretizar no MAS. Já em 1995, nas primeiras eleições municipais sob as regras da LPP e ainda como membros da IU, os cocaleiros conquistaram a prefeitura de três municípios do Chapare e em 1999 chegaram à marca de 11 prefeitos e 88 vereadores (HARNECKER; FUENTES, 2008, pp. 122-3), uma importante base de acúmulo político a partir da qual puderam se projetar para a primeira disputa de nível nacional em 2002 e sem a qual dificilmente teriam obtido tão rapidamente o sucesso que obtiveram se mantido o sistema político extremamente concentrado no nível nacional anterior à LPP.

A própria estrutura organizativa do MAS, partido que se converteu no principal intermediário político dos movimentos que antes da LPP eram eles mesmos intermediários locais diretos, confirma em grande medida a influência da lei em sua formação. Os estatutos do partido estabelecem uma estrutura diretiva baseada na divisão fixa de determinados cargos para algumas organizações e sindicatos que compõem o MAS, de modo que o partido acaba parecendo-se em grande medida a uma federação de movimentos e sindicatos. De acordo com os estatutos, a presidência do partido cabe sempre aos cocaleiros, a vice-presidência à Confederação Sindical de Colonizadores da

---

<sup>69</sup> Na verdade, criou a figura das “agrupações cidadãs” e organizações territoriais de base que, na prática, funcionam como partidos e requerem de exigências mínimas para sua legalização.

Bolívia (CSCB), a secretaria de relações internacionais à Federação de Mulheres Camponesas da Bolívia – Bartolina Sisa (FMCB-BS) etc., indicados para a direção do MAS de forma corporativa por cada movimento (HARNECKER; FUENTES, 2008, pp. 106-7). Na medida em que a organização partidária acabou sendo uma necessidade após a LPP, a formação do MAS em linhas que em grande medida mantêm algum poder e influência política dos sindicatos e movimentos sociais existentes indica a centralidade que esses instrumentos de ação coletiva possuíam anteriormente e a necessidade que enfrentaram de se adaptar de alguma maneira aos novos tempos.

Essa peculiar forma organizativa tem, por um lado, facilitado o papel do MAS como articulador do atual bloco histórico na medida em que lhe confere uma constituição bastante semelhante à do próprio bloco em termos de composição. Mas por outro lado, fica ainda por comprovar se essa dinâmica poderá seguir funcionando tão bem a partir do momento em que o partido não conte mais com a presença de um líder tão consensual e incontestado como é hoje Evo Morales ou se o partido se veria vulnerável a brigas internas por sua condução que ameaçassem sua existência. O questionamento se estende, no entanto, ao próprio bloco histórico para além do MAS, na medida em que a existência de um líder no qual de uma maneira ou outra se sintam representados os distintos elementos sociais é muitas vezes uma das condições necessárias fundamentais para a consolidação hegemônica de um bloco histórico e as sucessões são sempre momentos delicados e sujeitos a atritos.

Essa natureza do MAS de partido que se compõe a partir de um núcleo eminentemente indígena camponês (cocaleiros, CSUTCB, FMCB-BS, CSCB, CIDOB...) e vai ampliando sua composição e englobando outros setores, como a COB, sindicatos urbanos, intelectuais da classe média entre outros, suscita alguns paralelos intrigantes entre o partido e o MNR da década de 1950.

Composto por um núcleo reformista de classe média, o MNR soube incorporar elementos camponeses e operários em suas filas, que equilibrava no interior do partido com um misto de atenção de suas demandas e distribuição de favores localizados e cargos políticos. Essa flexibilidade e senso de oportunidade (alguns diriam oportunismo) do MNR tiveram importância crucial para que o partido pudesse liderar ideologicamente uma revolução popular que se radicalizara mais do que o planejado e na qual milícias populares operárias e camponesas não subordinadas formalmente ao partido controlavam em última instância o poder *de facto* no país. A natureza extremamente volátil das coalizões que sustentavam o MNR e sua dependência

excessiva no clientelismo para se manter no poder, entretanto, acabaram por determinar a sua queda. O partido se fracionou em alas à esquerda e à direita e terminou, com o golpe de Barrientos em 1964, substituído no poder pelas Forças Armadas, instrumento utilizado pelo partido para a distribuição de favores e concretização da aliança com os camponeses (o PMC) e sua mobilização contra o proletariado e que percebeu que não precisava do MNR para seguir com a mesma política e governar o país.

O MAS tem seguido uma lógica parecida de aglutinação de setores sociais ao partido e ao governo que, embora seja menos dependente da distribuição de benesses clientelistas e cargos para sua manutenção no poder, também enfrentou atritos relacionados a essa prática. Algumas personalidades convidadas a se candidatarem pelo partido como tentativa de aproximação com a classe média como, por exemplo, o senador por Santa Cruz, Guido Guardia, posteriormente abandonaram o partido e passaram a votar com a oposição e conflitos pela nomeação de cargos de segundo e terceiro escalão ou por vagas de candidato à Câmara e ao Senado nas próximas eleições foram noticiados com alguma frequência ao longo do governo. Particularmente polêmico foi o anúncio em fins de outubro deste ano pelo ministro de Autonomias, Saúl Ávalos, de um acordo político firmado pelo MAS com grupos de ex- membros da União Juvenil de Santa Cruz (UJC) para apoio à reeleição de Morales em dezembro de 2009. Enquanto a adesão mais orgânica ao MAS de entidades como a COB ou CONAMAQ são perfeitamente compreensíveis e justificáveis ideologicamente (e em grande medida até mesmo esperadas), a UJC constituiu-se até pelo menos 2008 como a tropa de choque da oposição em atos de desestabilização do governo e ficou notória pela truculência com que agia contra seus apoiadores na região da meia-lua (identificados como tais pela etnia e cor da pele). Embora não tenham sido divulgados detalhes dos termos da aliança e do que foi oferecido pelo MAS em troca do apoio, o acordo já gerou atritos na base de apoio do governo e poderia vir a representar contradições mais sérias mais adiante.

A própria relação do governo com as Forças Armadas parece lembrar em alguns aspectos a construída pelo MNR após a revolução. Recorde-se, por exemplo, o papel outorgado às mesmas quando da nacionalização do gás em 2006, em que o objetivo declarado do governo foi o de despertar a “tradição nacionalista” das Forças Armadas (ver SIVAK, 2008), ou a sua utilização na distribuição dos diversos bônus criados pelo governo entre a população. São instrumentalizações das Forças Armadas bastante semelhantes aos programas de ação social implementados pelo MNR e que levaram à formação do PMC. A diferença fundamental entre as duas situações é que no período

pós-revolucionário essa utilização das Forças Armadas tinha o objetivo definido de separar os camponeses da órbita da COB e o governo chegou inclusive a mobilizar milícias camponesas contra mineiros grevistas, enquanto que no governo Morales nada comparável foi feito nem mesmo nos momentos de maior radicalização desestabilizadora da oposição<sup>70</sup>.

Essa semelhança entre MAS e MNR torna-se ainda mais notável pela já comentada semelhança das agendas políticas da Revolução de 52 e do momento atual e já foi reconhecida como significativa por bolivianistas como Hervé do Alto (2007), Pablo Stefanoni (STEFANONI, 2007a, 2007), James Dunkerley (2007a, 2007b) e Laurence Whitehead (2008) e mereceria uma comparação mais detalhada dos dois partidos em seus momentos de condutores do bloco histórico que, infelizmente, foge do escopo deste trabalho.

Mas o reconhecimento inicial dessa semelhança já mostra o quanto, voluntária ou involuntariamente, a atual “refundação” do país (como a chama frequentemente o próprio Evo Morales) ou sua Terceira Revolução (DUNKERLEY, 2007a, 2007b; HYLTON; THOMSON, 2007) se alimenta dos momentos constitutivos que lhe precederam. Se nomes como Germán Busch, Marcelo Quiroga e Tupac Katari e atos como as nacionalizações dos hidrocarbonetos são diretamente invocados como fontes de legitimidade do processo político atual, mesmo o precedente daqueles que hoje são os inimigos declarados seguem influenciando fortemente os rumos do país.

Muito se tem falado acerca das duas esquerdas da América Latina, do eixo populista Caracas-Quito-La Paz ou do controle exercido por Chávez sobre Morales. Se bem é inegável que o presidente venezuelano tem apoiado significativamente o atual governo boliviano e que exerce uma considerável influência sobre Evo Morales (ver CUNHA FILHO; DELGADO, 2009), aqueles que buscam descrever os desdobramentos políticos bolivianos contemporâneos como a importação local de modelos exógenos têm buscado demasiado longe as razões do modelo boliviano, pois é na sua riquíssima história de frentes nacional-populares e levantamentos indígenas que se encontram suas raízes. E por mais que a natureza extremamente dependente da inserção da Bolívia no sistema internacional lhe deixe vulnerável à influência e efeitos desestabilizadores de

---

<sup>70</sup> O que chegou a valer ao presidente críticas por parte do então comandante do Estado Maior das Forças Armadas, general Luis Trigo, por não utilizar as prerrogativas legais de que dispunha para reprimir os atos violentos da oposição. Ver CUNHA FILHO, 2008.

fatores externos, serão suas fortalezas e contradições internas as que provavelmente terão a última palavra no sucesso ou fracasso do atual experimento.

## Referências

- ALBÓ, X. The "Long Memory" of Ethnicity in Bolivia and Some Temporary Oscillations. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.13-34. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- ANAYA GIORGIS, J. J. **La Política Fiscal Como Respuesta a la Demanda de Nacionalización en Bolivia (2005-2007)**. Dissertação de Mestrado, FLACSO, Argentina, 2009.
- ANDRADE, E. D. O. A formação da Assembleia Popular na Bolívia (1971). Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC, São Paulo, 1998.
- ARCHONDO, R. ¿Qué le espera a Bolivia con Evo Morales? **Nueva Sociedad**, n. 202, p. 4-12, 2006.
- BARRAGÁN, R. Oppressed or Privileged Regions? Some Historical Reflections on the Use of State Resources. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.83-103. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- CAMARGO, A. J. C. J. D. **Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone a Evo Morales**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.
- CAVALLA, A. Fuerzas armadas y sociedad en Bolivia: el gobierno Ovando-Torres. Monografia. Disponível em <http://www.monografias.com/trabajos5/fuarsov/fuarsov.shtml>. Acesso em Maio 3, 2009, s/d.
- CHÁVEZ, P.; MOKRANI, D. Los movimientos sociales en la Asamblea Constituyente. Hacia la reconfiguración de la política. In: **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.55-66. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- CRABTREE, J.; WHITEHEAD, L. (ORGS.). **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. 1º ed. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2008.
- CUNHA FILHO, C. M. Reforma, reação e mobilização social na Bolívia de Evo Morales. In: J. Parente; H. Frota; H. Ferreira (Orgs.); **Dos Andes aos Pampas: Inclusão e Cenários na América Latina**. p.95-118. Fortaleza: EdiUECE.
- CUNHA FILHO, C. M. 2008, o ano da virada de Evo Morales? **Observador On-line**, v. 3, n. 12. Disponível em [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/49\\_observador\\_topico\\_Observador\\_v\\_3\\_n\\_12.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/49_observador_topico_Observador_v_3_n_12.pdf), 2008.
- CUNHA FILHO, C. M.; DELGADO, A. C. Entre a ideologia e o pragmatismo: a política externa de Evo Morales (2006-2008). In: ISA-ABRI Joint International Meeting 2009. **Anais...**. Rio de Janeiro: ISA-ABRI. Disponível em [http://www.allacademic.com/one/www/research/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished\\_manuscript&file\\_index=8&pop\\_up=true&no\\_click\\_key=true&attachment\\_style=attachment&PHPSESSID=3a44b59f193d1eccc49b853ec0c97d33](http://www.allacademic.com/one/www/research/index.php?cmd=Download+Document&key=unpublished_manuscript&file_index=8&pop_up=true&no_click_key=true&attachment_style=attachment&PHPSESSID=3a44b59f193d1eccc49b853ec0c97d33), 2009.
- CUNHA FILHO, C. M.; SANTAELLA GONÇALVES, R. Perspectivas e Limitações do Plano Nacional de Desenvolvimento boliviano. **Observador On-line**, v. 4, n. 6. Disponível em [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/55\\_observador\\_topico\\_Observador\\_v\\_4\\_n\\_06.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/55_observador_topico_Observador_v_4_n_06.pdf), 2009.
- DEHEZA, G. I. Bolivia 2006: reforma estatal y construcción del poder. **Revista de Ciencia Política (Santiago)**, v. 27, n. Especial, p. 43-57. doi: 10.4067/S0718-090X2007000100003, 2007.

- DO ALTO, H. "Cuando el nacionalismo se pone el poncho". Una mirada retrospectiva a la etnicidad y la clase en el movimiento popular boliviano (1952-2007). In: M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.21-53. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- DOMINGO, P. Revolution and the Unfinished Business of Nation and State-building. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.364-379. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.
- DUNKERLEY, J. **Rebellion in the Veins: Political Struggle in Bolivia, 1952-82**. London: Verso, 1984.
- DUNKERLEY, J. **Bolivia: Revolution and the Power of History in the Present: Essays**. illustrated ed. London: Institute for the Study of the Americas, 2007.
- DUNKERLEY, J. Evo Morales, the 'Two Bolivias' and the Third Bolivian Revolution. **Journal of Latin American Studies**, n. 39, p. 133-166. doi: 10.1017/S0022216X06002069, 2007.
- DUSSEL, E. **20 Teses de Política**. 1° ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- GARCÍA LINERA, Á. El evismo: lo nacional-popular en acción. **Observatorio Social de América Latina**, v. VI, n. 19, p. 25-32, 2006.
- GARCÍA LINERA, Á. **La potencia plebeya: Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- GARCÍA LINERA, Á. Empate catastrófico y punto de bifurcación. **Crítica y Emancipación - Revista latinoamericana de ciencias sociales**, v. 1, p. 23-33, 2008.
- GOTKOWITZ, L. Revisiting the Rural Roots of the Revolution. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.164-182. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAY MOLINA, G. The Offspring of 1952: Poverty, Exclusion and the Promise of Popular Participation. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.345-363. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.
- GRAY MOLINA, G. State-Society Relations in Bolivia: The Strength of Weakness. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.109-124. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- GRINDLE, M. S. Shadowing the Past? Policy Reform in Bolivia, 1985-2002. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.318-344. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.
- GRINDLE, M. S.; DOMINGO, P. (ORGS.). **Proclaiming Revolution: Bolivia in Comparative Perspective**. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.
- GUIMARÃES, C.; DOMINGUES, J. M. As Reformas Bolivianas e o Contexto Sul Americano Atual. **Análises de Conjuntura OPISA**, v. 5, p. 2-10, 2007.

- HARNECKER, M.; FUENTES, F. **MAS-IPSP de Bolivia: instrumento político que surge de los movimientos sociales**. La Paz. Disponível em <http://www.rebellion.org/docs/67155.pdf>, 2008.
- HERNÁNDEZ, J. L.; SALCITO, A. (ORGS.). **La Revolución Boliviana: documentos fundamentales**, América Latina: la Historia a contrapelo. Buenos Aires: Editorial Newen Mapu, 2007.
- HOFMEISTER, W. Bolivia: la construcción de la democracia y la evolución del proceso político. In: W. Hofmeister (Org.); **Reformas Políticas en América Latina**. p.65-101. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- HYLTON, F.; THOMSON, S. **Revolutionary Horizons: Past and Present in Bolivian Politics**. London/New York: Verso, 2007.
- KLEIN, H. S. David Toro and the Establishment of "Military Socialism" in Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 45, n. 1, p. 25-52. doi: 10.2307/2510530, 1965.
- KLEIN, H. S. German Busch and the Era of "Military Socialism" in Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**, v. 47, n. 2, p. 166-184. doi: 10.2307/2511478, 1967.
- KLEIN, H. S. **A Concise History of Bolivia**. New York: Cambridge University Press, 2003.
- LASERNA, R. El caudillismo fragmentado. **Nueva Sociedad**, n. 209, p. 100-117, 2007.
- LORINI, I. **El nacionalismo en Bolivia de la pre y posguerra del Chaco (1910-1945)**. La Paz: Plural Editores, 2006.
- LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MALLOY, J. M. **Bolivia: the uncompleted revolution**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1970.
- MARX, K. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MAYORGA, F. El gobierno de Evo Morales: entre nacionalismo e indigenismo. **Nueva Sociedad**, n. 206, p. 4-13, 2006.
- MAYORGA, F. **Encrucijadas: Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia**. La Paz: Editorial Gente Común, 2007.
- MAYORGA, F. Ciudadanía multicultural y Estado plurinacional en Bolivia: Los límites de la reforma constitucional. In: XXI IPSA World Congress of Political Science. **Anais...** . Santiago: IPSA/AISP, 2009.
- MESA GISBERT, C. D. **Presidentes de Bolivia: Entre Urnas y Fusiles**. 4 ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2006.
- MESA, J. D.; GISBERT, T.; MESA GISBERT, C. D. **Historia de Bolivia**. 7 ed. La Paz: Editorial Gisbert, 2008.
- MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO. Decreto Supremo 29272 - Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-2011. Gaceta Oficial de Bolivia, 2007.
- MIRANDA, C. Gas and its importance to the Bolivian economy. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.177-193. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- MORALES, E. "Mandaré obedeciendo al pueblo". Palabras de Evo Morales ante el Congreso, en la transmisión del mando presidencial. In: M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.225-250. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.

- OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO. Banco de Eventos OPSA. Disponível em <http://observatorio.iuperj.br/banco.php>.
- PÉREZ FLORES, F.; CUNHA FILHO, C. M.; COELHO, A. L. Mecanismos de democracia participativa: o que há de comum nas constituições da Bolívia, Equador e Venezuela? **Observador On-line**, v. 4, n. 7. Disponível em [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/56\\_observador\\_topico\\_Observador\\_v\\_4\\_n\\_07.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/56_observador_topico_Observador_v_4_n_07.pdf), 2009.
- PUENTE, F.; LONGA, F. El Alto: Los dilemas del indigenismo urbano. Entre la insurrección y el clientelismo. In: M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.97-123. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- REYLES ZAVALATA, D. Oversimplifying Identities: The Debate over What is Indígena and What is Mestizo. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.51-60. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- RIVERA CUSICANQUI, S. **Oppressed but not defeated: peasant struggles among the Aymara and Quechwa in Bolivia, 1900-1980**, UNRISD Participation Programme. Geneva: UNRISD, 1987.
- ROCA, J. L. Regionalism Revisited. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.65-82. Pittsburgh University Press, 2008.
- ROCHA, M. S. A Outra Volta do Bumerangue: Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952-2006). In: **Bolívia: de 1952 ao Século XXI**. p.11-61. Brasília: FUNAG/IPRI, 2006.
- RODRÍGUEZ VELTZÉ, E. The Development of Constituent Power in Bolivia. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.145-159. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2007.
- ROSSELL, P. El proyecto de Evo Morales más allá de 2010. **Nueva Sociedad**, n. 221, p. 23-32, 2009.
- SIVAK, M. **El asesinato de Juan José Torres: Banzer y el Mercosur de la muerte**. Buenos Aires: Ediciones del Pensamiento Nacional, 1998.
- SIVAK, M. **Jefazo - retrato íntimo de Evo Morales**. 4 ed. Buenos Aires: Debate, 2008.
- SOTO, C. **Historia del Pacto Militar Campesino**. Cochabamba: CERES, 1994.
- STEFANONI, P. Las tres fronteras de la "revolución" de Evo Morales. Neodesarrollismo, decisionismo, multiculturalismo. In: M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.67-96. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- STEFANONI, P. Siete preguntas y siete respuestas sobre la Bolivia de Evo Morales. **Nueva Sociedad**, n. 209, p. 46-65, 2007.
- STEFANONI, P.; DO ALTO, H. **La revolución de Evo Morales: de la coca al palacio**, Claves para Todos. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.
- SVAMPA, M. Introducción. In: M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.5-18. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- SVAMPA, M.; STEFANONI, P. (ORGS.). **Bolivia: Memoria, Insurgencia y Movimientos Sociales**, Resistencias y Alternativas. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- TABOADA TERÁN, N. **Tierra Mártir: Del socialismo de David Toro al socialismo de Evo Morales**. 1º ed. La Paz: s/e, 2006.

- TAPIA, L. **La producción del conocimiento local: Historia y política en la obra de René Zavaleta**. La Paz: Muela del Diablo Editores, 2002.
- TAPIA, L. Bolivia: ciclos y estructuras de la rebelión. In: M. Svampa P. Stefanoni (Orgs.); **Bolivia: memoria, insurgencia y movimientos sociales**. p.171-188. Buenos Aires: Editorial El Colectivo, 2007.
- TAPIA, L. Constitution and Constitutional Reform in Bolivia. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.160-171. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- THOMSON, S. Revolutionary Memory in Bolivia: Anticolonial and National Projects from 1781 to 1952. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.117-134. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.
- TORANZO ROCA, C. Let the Mestizos Stand Up and Be Counted. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.35-50. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- VARGAS, H.; KRUSE, T. Las victorias de Abril: una historia que aún no concluye. **Observatorio Social de América Latina**, n. 2, p. 7-14, 2000.
- WHITEHEAD, L. Bolivia's Failed Democratization, 1977-1980. In: G. O'Donnell; P. C. Schmitter; L. Whitehead (Orgs.); **Transitions from Authoritarian Rule: Latin America**. p.49-71. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.
- WHITEHEAD, L. The Bolivian National Revolution: A Twenty-First Century Perspective. In: M. S. Grindle P. Domingo (Orgs.); **Proclaiming Revolution: Bolivia in comparative perspective**. p.25-53. Cambridge, USA/London: David Rockefeller Center for Latin American Studies/Institute of Latin American Studies, 2003.
- WHITEHEAD, L. Conclusion: Bolivia's latest refoundation. In: J. Crabtree L. Whitehead (Orgs.); **Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present**. p.255-269. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- ZANELLA, C. K.; MARQUES, P. M.; SEITENFUS, R. A. S. A Bolívia No Pêndulo Da História As lições de 1952 instruindo os projetos do século XXI. **Nueva Sociedad**, n. 209, p. 130-141, 2007.
- ZAVALETA MERCADO, R. Las masas en noviembre. In: R. Zavaleta Mercado L. H. Antezana (Orgs.); **Bolivia hoy**. Ciudad de México: Siglo XXI editores, 1983.
- ZAVALETA MERCADO, R. **Lo nacional-popular en Bolivia**. Ciudad de México: Siglo XXI editores, 1986.
- ZUCCO JR, C. O Legislativo no Conflito Político Boliviano. **Papéis Legislativos**, v. 3, n. 1, p. 2-27, 2009.